



ACTA N.º 8 – Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano dois mil e dez, nesta Cidade de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e vinte minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Ex.mo senhor José Manuel Moreira Cardoso da Costa e secretariada pelo senhor Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa, na ausência do 1.º Secretário da Mesa – Sérgio Reis Ribeiro, e pelo senhor Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Pedido de Suspensão do Mandato do Membro Leandro José Dias dos Reis;**
 - 2 – Acta N.º 6 – Sessão Extraordinária de 02 de Junho de 2010;**
 - 3 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município;**
 - 4 – Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal;**
 - 5 – Recuperação das Pedreiras de Lourosa**
 - Criação de Comissão (Artigo 15.º, n.º 2, do Regimento);**
 - 6 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2011;**
 - 7 – Derrama a cobrar no ano de 2011;**
 - 8 – Participação do IRS de 2011 (a receber em 2012);**
 - 9 – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira;**
 - 10 – Proposta de Alteração ao Regulamento das Zonas Industriais (deliberação da Assembleia de 30/06/2010) - para conhecimento;**
 - 11 – Implementação de Sistemas de Gestão de Qualidade**
 - Ratificação da assunção da despesa para 2011;**
 - 12 – Eixo das Cortiças – Parcela n.º 23**
 - Alteração do Contrato-Promessa de Compra e Venda entre Isaque Pinho da Rocha e a Câmara Municipal / Ratificação da assunção da despesa para 2012;**
 - 13 – Estação Elevatória de Vila Maior / Contrato-Promessa de Compra e Venda celebrado com Pedro Miguel Marques Dias**
 - Ratificação da assunção da despesa para 2011;**
 - 14 – Empreitada de “Construção do Centro Escolar de Valrico – São Miguel de Souto”**
 - Ratificação da repartição de encargos;**
-



- 15 – Proposta de alteração da sinalização de trânsito e regimes de circulação nos arruamentos do centro cívico da freguesia de Escapães;** -----
16 – Prorrogação das medidas preventivas e suspensão parcial do PDM em vigor, para implementação do PEC e PERM.-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara – Emídio Ferreira dos Santos Sousa – e pelos senhores vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Celestino Augusto Soares Portela, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino, e Márcio dos Santos Correia. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Iniciou a sessão dando nota da ausência do 1.º Secretário da Mesa – Sérgio Reis Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa), pelo que havia convidado o grupo municipal do Partido Socialista a indicar um seu elemento para completar a Mesa da Assembleia, tendo sido indicado o membro Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa, que tomou o respectivo lugar na Mesa. -----

Seguidamente, deu nota da entrada na Mesa de cinco credenciais, uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação nesta sessão no Secretário daquela Junta – Manuel Pereira dos Santos, uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, que delegou a sua representação nesta sessão no Secretário daquela Junta – Celestino da Mota Marques, uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Guisande, que delegou a sua representação nesta sessão na Secretária daquela Junta – Alexandra Suzete Castro Gomes, outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, que delegou a sua representação nesta sessão no Secretário daquela Junta – Armando Fontes Teixeira, e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação nesta sessão no Tesoureiro daquela Junta – Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, também, que dois deputados municipais – nomeadamente os membros Leandro José Dias dos Reis (do PS), e António de Oliveira e Silva (do Bloco de Esquerda) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos



indicados nas próprias comunicações, serem substituídos na presente sessão. -----

Comunicou que o membro António Silva é substituído nesta sessão, nos termos da Lei, pelo cidadão a seguir na lista da mesma força partidária – Nuno Miguel Pinto Serrano. -----

Quanto à substituição do membro Leandro Reis, referiu que os dois cidadãos a seguir na lista da mesma força partidária – Samanta Joana Silva Maia e Manuel António de Oliveira Ferreira – através de comunicações remetidas à Mesa, solicitaram, de igual forma, serem substituídos. Verificando-se que o cidadão seguinte nessa lista – António Ferreira Pinto – se encontrava presente para o efeito, então o Sr. Presidente da Mesa informou a Assembleia que o Sr. António Pinto substituída, nesta sessão, o membro Leandro Reis.-----

Para além desses membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros membros da Assembleia – encontravam-se ainda presentes, no início da sessão, os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Adriana Marisa da Silva Cardoso; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa; António Alves Cardoso; António André da Silva Topa; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes; Manuel da Mota Pinho; Manuel Fernandes Pinheiro; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Richard Armando de Sá Neves; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Arrifana – Dário Soares de Matos; Canedo – Manuel de Jesus; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lobão – José Henriques dos Santos; Louredo – José Fernando Moreira; Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Sanfins – José Fernandes Leite; Sanguedo – José Nogueira da Silva; S. João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva; e Vale – Joaquim de Almeida Rocha. -----



Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontra disponível a relação, bem como os respectivos documentos, para que os Srs. membros os possam consultar, caso o pretendam.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 30 de Junho de 2010:-----

- “Circular 108/2010-CO da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando alguns exemplares do Boletim n.º 192 daquela Associação, referente ao passado mês de Junho; -----
 - Ofício do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta ao Governo sobre “falta de pagamento às autarquias em relação aos transportes escolares”; -----
 - Fax do membro deste Órgão – Leandro José Dias dos Reis, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo suspensão do mandato por um período de 10 meses, por motivo de ausência temporária da área do Concelho de Santa Maria da Feira; -----
 - Convite conjunto do Presidente da CCDR-N e do Presidente do Conselho Regional do Norte, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar no Seminário Internacional “Promover a Coesão, Descentralizar o Estado, Desenvolver as Regiões: Que desafios em Portugal e na Europa?”, que se realizou no passado dia 07 de Julho de 2010;--
 - Ofício do membro deste Órgão – Victor José Santos Neves, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pedindo agendamento de um assunto na Ordem do Dia desta sessão, de 24 de Setembro de 2010, com vista à criação de uma Comissão no âmbito do processo da Recuperação das Pedreiras de Lourosa;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, recomendação à Câmara apresentada pela deputada municipal Adriana Cardoso na sessão realizada pela Assembleia no dia 30 de Junho de 2010, intitulada “Fomento do Empreendedorismo Jovem”; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Leandro José Dias dos Reis, ao Sr. Presidente da
-



- Assembleia Municipal, requerendo lhe fosse considerada justificada a falta à sessão da Assembleia decorrida no dia 30 de Junho de 2010, que ocorreu por motivo de doença súbita; -----
- Ofício do Presidente da Direcção da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informações, bem como remetendo Boletim de Inscrição, respeitantes ao XXX Colóquio Nacional da ATAM, a realizar de 26 a 29 de Outubro de 2010;-----
 - E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, duas perguntas apresentadas ao Governo, sobre as “transferências das Autarquias Locais para o Serviço Nacional de Saúde”;-----
 - Convite do Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na Sessão Solene que se realizou no passado dia 17 de Julho, no âmbito das Comemorações Festivas do 25 Aniversário de elevação de Argoncilhe à categoria de Vila; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 28 de Junho de 2010;-----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão ordinária que aquela Assembleia realizou no passado dia 19 de Julho de 2010, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão;-----
 - E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projecto Lei que “Estabelece o Regime Jurídico das Associações de Municípios de Direito Público”, apresentado por aquele Grupo Parlamentar;-----
 - E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, Projecto Lei que “Estabelece o Regime Jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e regula as atribuições, competências e funcionamento dos respectivos órgãos”, apresentado por aquele Grupo
-



- Parlamentar;-----
- Informação do Pelouro das Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, anexando cópia do actual Plano Municipal de Emergência de Santa Maria da Feira, no seguimento do requerimento apresentado pela deputada municipal Lúcia Gomes, a esse propósito;-----
 - E-mail do Presidente da Junta de Freguesia da Lomba – Concelho de Gondomar, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo teor da moção aprovada por aquela Junta de Freguesia na sua reunião de 14 de Julho de 2010, sobre “troço em falta da variante à 222”;-----
 - Ofício da Presidente da Assembleia de Freguesia de Arrifana, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia da moção aprovada por aquela Assembleia de Freguesia na sua sessão de 22 de Junho de 2010, no âmbito da “intenção do encerramento da EB1 de Manhóce”;-----
 - Ofício da Presidente da Assembleia de Freguesia de Arrifana, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia da manifestação de vontade dos eleitos locais à Assembleia de Freguesia de Arrifana, no âmbito da remodelação da Rede Escolar de Arrifana;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à deputada municipal Lúcia Gomes, remetendo cópia da informação disponibilizada pelo Pelouro das Obras Municipais, Protecção Civil e Ambiente da Câmara Municipal, onde se junta cópia do actual Plano Municipal de Emergência de Santa Maria da Feira, no seguimento do requerimento apresentado por aquela deputada municipal, a esse propósito;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando o teor da moção aprovada por este Órgão na sua sessão de 30 de Junho de 2010, intitulada “Pela criação de um Centro de Emprego no Concelho de Santa Maria da Feira”, às seguintes entidades:-----
 - Sr. Presidente da República,-----
 - Sr.^a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social,-----
 - Sr. Presidente da Assembleia da República,-----
 - Sr. Governador Civil de Aveiro,-----
 - Presidentes dos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, PCP, Bloco de Esquerda, e Partido Ecologista “Os Verdes”;-----
-



- Convite do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na “Gala das Nações – Danças do Mundo”, evento que decorreu no passado dia 26 de Julho de 2010; -----
 - Requerimento do membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Sinalização ilegal na Urbanização da Suil Park”;-----
 - Requerimento do membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Condições de licenciamento de loteamentos”;-----
 - Requerimento do membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Aplicação dos regulamentos do “Concelho Solidário” e do “Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos e do Programa de Apoio às Pessoas Colectivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira”;-----
 - E-mail da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o a realizar uma sessão temática da Assembleia, subordinada ao tema “Igualdade na Diversidade, com vista a uma Sociedade Justa”, propondo o figurino para a respectiva sessão temática;-----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na 2.ª reunião relativa à continuação da sessão de 19 de Julho de 2010 daquela Assembleia Metropolitana, 2.ª reunião essa que se realizou no passado dia 27 de Julho de 2010; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 12 de Julho de 2010;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro deste Órgão, António de Oliveira e Silva, relativamente a condições de licenciamento de loteamentos;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara
-



- Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro deste Órgão, António de Oliveira e Silva, relativamente à sinalização ilegal na Urbanização da Suil Park; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro deste Órgão, António de Oliveira e Silva, relativamente à aplicação dos regulamentos do “Concelho Solidário” e do “Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos e do Programa de Apoio às Pessoas Colectivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira”; -----
 - Ofício do Chefe de Gabinete do Governador Civil de Aveiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Junho de 2010, intitulada “Pela criação de um Centro de Emprego no Concelho de Santa Maria da Feira”; -----
 - Ofício da Casa Civil do Presidente da República – Assessoria para os Assuntos Políticos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Junho de 2010, intitulada “Pela criação de um Centro de Emprego no Concelho de Santa Maria da Feira”; -----
 - Ofício do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Junho de 2010, intitulada “Pela criação de um Centro de Emprego no Concelho de Santa Maria da Feira”; -----
 - Ofício do Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia da moção aprovada na Assembleia de Freguesia de Argoncilhe, na sessão de 30 de Junho de 2010, onde se pretende o alargamento da escolaridade para o 12.º ano na Escola EB 2,3 de Argoncilhe; -----
 - Circular 127/2010-CO da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando alguns exemplares do Boletim n.º 193 daquela Associação, referente ao passado mês de Julho; -----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o para a primeira reunião do novo mandato do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, que se realizou no
-



- passado dia 3 do corrente mês, bem como indicando a respectiva Ordem de Trabalhos; ----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 26 de Julho de 2010;-----
 - Ofício do munícipe Gabriel António Gomes Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dando a conhecer as diligências efectuadas por um grupo de representantes da localidade de Souto Redondo, na freguesia de S. João de Ver, a propósito da antiga pedreira de Souto Redondo;-----
 - Ofício do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Junho de 2010, intitulada “Pela criação de um Centro de Emprego no Concelho de Santa Maria da Feira”;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 09 de Agosto de 2010;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação prestada pela Chefe de Divisão de Acção Social, no seguimento do requerimento apresentado pelo membro deste Órgão, António de Oliveira e Silva, a propósito da aplicação dos regulamentos do “Conselho Solidário” e do “Programa de Apoio às pessoas Colectivas de Direito Privado sem fins lucrativos do Município de Santa Maria da Feira”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, remetendo cópia do ofício lhe dirigido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, onde junta informação prestada pela Chefe de Divisão de Acção Social a propósito da aplicação dos regulamentos do “Conselho Solidário” e do “Programa de Apoio às pessoas Colectivas de Direito Privado sem fins lucrativos do Município de Santa Maria da Feira”, no seguimento do requerimento por aquele membro apresentado, a esse propósito;-----
 - Circular 137/2010-LPINTO da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses,
-



- ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informações a respeito do “V Fórum Ibero-Americano de Governos Locais”, a levar a efeito nos dias 14 a 16 de Outubro de 2010, na Argentina;-----
- Ofício do Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública – da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acusando a recepção da moção aprovada por esta Assembleia na sua sessão de 30 de Junho de 2010, intitulada “Pela criação de um Centro de Emprego no Concelho de Santa Maria da Feira”;
 - Convite do Grupo Musical Estrela de Argoncilhe, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para acompanhar aquele grupo na realização de um concerto, que se realizou no Palácio da Pena, em Sintra, no passado dia 12 do corrente mês de Setembro; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 23 de Agosto de 2010;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Grupo Musical Estrela de Argoncilhe, agradecendo convite para estar presente no concerto que aquele grupo realizou no passado dia 12 de Setembro, no Palácio da Pena, em Sintra, e, na impossibilidade em estar presente, desejar o maior êxito na realização dessa iniciativa;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – José Manuel Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentando, em nome do grupo municipal do PSD, propostas de alteração ao Regimento da Assembleia;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de Setembro de 2010, bem como informando qual a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Ex.ma Câmara, da realização desta Sessão Ordinária de 24 de Setembro de 2010, e indicando a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, acusando a recepção da moção aprovada pela Assembleia de Freguesia de Argoncilhe, a propósito do “Alargamento ao Ensino Secundário na Escola EB 2,3 de Argoncilhe”;-----
-



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao munícipe Gabriel António Gomes Pereira, acusando a recepção da exposição apresentada por aquele munícipe, como representante de um grupo de pessoas da localidade de Souto Redondo, a propósito da antiga pedreira de Souto Redondo – S. João de Ver;-----
 - Ofício do membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, em virtude de detecção de gralha na proposta de alteração ao artigo 19.º do Regimento da Assembleia, anteriormente apresentada, proposta de nova redacção desse mesmo artigo; -----
 - Requerimento do membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Falta de pagamento por serviços prestados por agentes culturais à Câmara Municipal”;-----
 - E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta ao Governo sobre “Imposição pelo Governo do uso de dispositivos electrónicos de matrícula aos utentes das auto-estradas”, bem como ofício dirigido à Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no âmbito do mesmo assunto;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Actividade e Situação Financeira do Município (para ser presente nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 24 de Setembro de 2010); -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, requerimento apresentado pelo membro deste Órgão, António de Oliveira e Silva, relativamente à “Falta de pagamento por serviços prestados por agentes culturais à Câmara Municipal”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo documentos na sequência do envio à Câmara, pela Inspeção-Geral da Administração Local, do Relatório da Acção Inspectiva ao Município de Santa Maria da Feira;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), relativo a aditamento de dois pontos à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de Setembro de 2010; -----
-



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Ex.ma Câmara, relativamente ao aditamento de dois pontos à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 24 de Setembro de 2010;-----
- Convite do Governador Civil do Distrito de Aveiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Sessão Comemorativa dos 175 anos do Governo Civil de Aveiro, que se levou a efeito no dia de hoje; -----
- Ofício do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informação no âmbito do requerimento apresentado pelo membro deste Órgão, António de Oliveira e Silva, sobre “Sinalização ilegal na Urbanização da Suil Park”;-----
- Comunicação do membro deste Órgão, António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, uma vez não lhe ser possível estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 24 de Setembro de 2010, a sua substituição na mesma, nos termos da lei; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva, remetendo cópia da informação prestada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, no seguimento do requerimento por aquele membro apresentado, subordinado ao assunto “Sinalização ilegal na Urbanização da Suil Park”; -----
- E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Governo à pergunta “Falta de pagamento às Autarquias em relação aos transportes escolares”; -----
- Diversos jornais e revistas.” -----

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que dera entrada na Mesa um Voto de Pesar, um Voto de Louvor, e três moções. Referiu que, de seguida, passaria a submeter a discussão e votação essas matérias e que, posteriormente, daria o uso da palavra aos membros que o solicitassem, para efectuarem as intervenções pretendidas. -----

Pediu a um dos Secretários da Mesa para efectuar a leitura do Voto de Pesar – apresentado pelo grupo municipal do PSD – cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----



“A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira quer expressar à Família da Cristiana Josefa Ferreira dos Santos bem como aos Bombeiros Voluntários de Lourosa a sua solidariedade e o reconhecimento da sua postura de vida como voluntária dedicada e esforçada, através de um minuto de silêncio e o aplauso pela condecoração que a Câmara Municipal deliberou atribuir.”-----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, estando presentes 49 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar o Voto de Pesar em referência. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, na sequência do deliberado, pediu aos membros presentes para se levantarem e aguardarem um minuto de silêncio, o que aconteceu de seguida. -----

Posto isso, pediu a um dos Secretários da Mesa para efectuar a leitura do Voto de Louvor – apresentado pela deputada municipal Lúcia Gomes (CDU) – cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“A passagem deste Verão, na continuidade de 2009, em que arderam 87 mil hectares de floresta, veio demonstrar, mais uma vez, que os problemas estruturais da floresta portuguesa estão longe de estar resolvidos. -----

Quando os principais responsáveis pelo Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Ministro e Secretário de Estado da Administração Interna, perante o crescer do número de ocorrências e área ardida, da dimensão e duração de alguns dos incêndios florestais, voltam a invocar as condições meteorológicas adversas – calor e humidade – e os incendiários, para justificar a situação, estamos perante a fuga a assumir a responsabilidade política pela causa essencial e central dos incêndios florestais: o estado da floresta portuguesa. No nosso Município, intervieram mulheres e homens de Corporações de Bombeiros Voluntários para proteger as nossas florestas e as vidas humanas. Ao longo dos anos, muitos têm sido os que dão a própria vida, em prol da defesa dos outros, ou ficam com graves problemas de saúde em nome do serviço à comunidade, muitas vezes prestado sem as condições mínimas. -----

É urgente e necessário reforçar e satisfazer as carências do Dispositivo Nacional de Combate aos Incêndios Florestais, dando particular atenção aos problemas das Corporações de



Bombeiros Voluntários e valorizar homens e mulheres que dedicam o seu tempo e a sua vida em defesa de todos nós. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 24 de Setembro de 2010 delibera: -----

Aprovar um Voto de Louvor às Corporações de Bombeiros do Município e a todos os homens e mulheres que diariamente prestam serviços de excepcionalidade à comunidade feirense e zelam pela protecção da vida humana e do património urbano, cultural e ambiental.”-----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, estando presentes 49 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar o Voto de Louvor em referência.-----

Chegou à sessão a deputada municipal Susana Alexandra Lopes Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Espargo. -----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia pediu a um dos Secretários da Mesa para efectuar a leitura da moção subordinada ao tema “Centenário da Implantação da República” – apresentado pela deputada municipal Lúcia Gomes (CDU) – cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“MOÇÃO -----

CENTENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA-----

A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do povo português que importa assinalar. A República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português. -----

O Povo e as suas estruturas foram a alavanca de sucesso da Revolução. Quando a mesma parecia condenada ao fracasso, com o suicídio de Cândido dos Reis, foi o Povo que, assumindo a bandeira da República, resistiu na Rotunda e de lá saiu vitorioso.-----

Não podemos esquecer a componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por elementos do Exército e da Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças. -----



Aliás, este amplo movimento contou com a acção de centenas de revolucionários civis que contribuíram para a defesa e consolidação da República.-----

Também o nosso Município participou neste momento ímpar da História de Portugal. Elísio de Castro, com o 5 de Outubro de 1910 assumiu dos mais elevados cargos políticos concelhios, distritais e mesmo nacionais. Presidiu à Comissão Administrativa Municipal da então Vila da Feira e nas primeiras eleições realizadas em Novembro de 1911, foi eleito Presidente do Senado Municipal e ali se manteve por eleições sucessivas até 1926. Também no ano de 1910, foi nomeado contador no Tribunal da Comarca do Porto. Em 1920 foi nomeado Governador Civil de Aveiro. Colaborou enquanto Deputado à Assembleia Constituinte na elaboração da Constituição de 1911.-----

Constituição onde foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres. A separação da Igreja, do Estado foi concretizada. O registo civil foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades foram enfrentados. Na Educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe de professores.-----

A proclamação da República Portuguesa foi sem dúvida o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do Século XX.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 24 de Setembro de 2010, delibera:-----

- Assinalar a comemoração do Centenário da Implantação da República, saudando todos aqueles que lutaram e lutam pela consolidação e aprofundamento do ideal republicano, da democracia e da liberdade.”-----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer que o Bloco de Esquerda subscreve a moção sem reservas, mas que gostava de fazer algumas observações.-----

Disse ser muito importante que se fale e comemore a Implantação da República, dizendo que se está a atravessar um momento em que a Direita mais reaccionária, e um movimento de investigadores, tentam reescrever a realidade do que foi a República.-----

Referiu que não pode ser esquecido que, hoje em dia, o que passa na comunicação social é a colagem da ditadura de Salazar e de Marcelo Caetano à 1.ª República, ressaltando, sobre isso,



não se ter tratado de uma república, mas sim de uma ditadura. -----
Frisou que se deve aprender com a história salientando que, com a Implantação da República, há muito a aprender para não cometer os mesmos erros do passado, dizendo que esses erros também foram cometidos com o 25 de Abril. -----
Sublinhou que quando se faz uma revolução não se deve falhar nas promessas que se fazem, referindo que, além das conquistas elencadas na moção, havia a promessa da igualdade de voto, para os homens e para as mulheres. Frisou que a nova classe de burguesia que foi criada, para se manter no poder, falhou com essa promessa importantíssima e essencial de uma República, que é tanto os homens como as mulheres terem o mesmo direito de voto. -----
Concluiu dizendo que se deve aprender com a história, para que não se cometam os mesmos erros. -----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, estando presentes 50 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção apresentada pela deputada municipal Lúcia Gomes (CDU) intitulada “Centenário da Implantação da República” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

Chegaram à sessão os membros José Carlos Pinto da Silva, Lia Andreia Cristóvão Ferreira, Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu, e Francisco Camilo Gomes Pinto Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas. -----

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia** pediu a um dos Secretários da Mesa para efectuar a leitura da moção subordinada ao tema “Pelo encerramento da Feira Viva – Cultura e Desporto, E.M.” – apresentado pelo membro Nuno Serrano (BE) – cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“MOÇÃO -----

PELO ENCERRAMENTO DA FEIRA VIVA – CULTURA E DESPORTO, E.M. -----

A criação de Empresas Municipais é o resultado de um período da política autárquica portuguesa que deve ser corrigido. Vários presidentes de Câmara, têm uma visão muito crítica sobre estas empresas e o que elas representaram para a criação dos défices camarários. -----



O Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Fernando Costa, defende a extinção das empresas municipais por considerar que “depauperam o erário municipal e só servirem para fugir ao cumprimento da lei e dar emprego ao boys partidários”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Faro, Macário Correia, tem um discurso similar, ao referir que “muitas empresas são artificiais e servem apenas para dar emprego e ordenados razoáveis àqueles que nas listas do poder não obtiveram eleição ou a outras pessoas dos partidos”. Vai até mais longe ao dizer que “as empresas municipais corresponderam a uma onda muito grande, em que alguns vereadores não conseguiam ser eleitos ou reeleitos. Arranjavam-se uns tachos para ter umas empresas municipais, criavam-se uns conselhos de administração e umas mordomias, tudo isso acrescentou despesa. Depois, criam-se chefias intermédias, sobrepostas, tudo isso deve ser simplificado. Temos de gastar menos dinheiro e fazer mais”. -----

A situação é tão grave que o próprio Secretário de Estado da Administração Local considera excessivo os mais de 2000 administradores que têm actualmente as empresas municipais. Na apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses deste ano, o professor João Carvalho referia que “no global, as empresas municipais dão prejuízo e estão a agravar a situação financeira dos municípios”. -----

A Feira Viva – Cultura e Desporto, E. M. (Feira Viva) não tem provado, ao longo da sua existência, ser uma mais-valia para o concelho. Pelo contrário, os défices constantes atestam que a sua existência nunca foi autonomizada e que a gestão falhou a obtenção desse objectivo. A sua história foi marcada por erros graves. De entre estes, pode-se realçar a queda do vídeo-hall, a queda de uma bancada na “Terra dos Sonhos” e a falta de energia eléctrica no recente Festival da Juventude. -----

Os preços abusivos para o acesso às instalações desportivas é outra das marcas da Feira Viva, que ilustram como não cumpre com as suas funções perante os munícipes. -----

O défice da Feira Viva prejudica as contas do Município Feirense e decorre de escolhas erradas na sua gestão. O exemplo do Imaginarius demonstra claramente esta realidade: A gestão da Feira Viva escolheu pagar dezenas de milhares de euros a grupos de fora do concelho, esquecendo a produção artística concelhia, e afundando as contas da edilidade. -----

O país e o concelho vivem tempos em que a gestão de dinheiros públicos deve ser extraordinariamente escrutinada e ponderada, pelo que é necessário acabar com estes espaços



que aumentam a despesa pública, sem qualquer benefício para os cidadãos. -----

Assim sendo a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje, dia 24 de Setembro de 2010 decide: -----

1. A extinção imediata da Feira Viva – Cultura e Desporto, E. M. e a integração de todos os seus funcionários nos quadros da autarquia.” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, a respeito da moção em referência, chamou a atenção para o facto de a Assembleia não poder tomar uma deliberação visando a extinção de uma empresa municipal, salientando que esse assunto tinha de ter sido inscrito, previamente, na Ordem do Dia da sessão e que, portanto, essa deliberação não podia ser aprovada sob pena de nulidade.--

O membro *Nuno Serrano* (BE) solicitou à Mesa que a Moção fosse transformada numa Recomendação.-----

O *Sr. Presidente Assembleia* considerou a solicitação feita informando, então, que submetia o assunto à consideração da Assembleia na forma de Recomendação, e não na forma de Moção, como havia sido apresentada. -----

Assim sendo, onde diz “Moção” deve ler-se “Recomendação”, e onde diz: -----

“... a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje, dia 24 de Setembro de 2010 decide: -----

1. A extinção imediata da Feira Viva – Cultura e Desporto, E.M. e a integração de todos os seus funcionários nos quadros da autarquia.”,-----

deve ler-se, -----

“... a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje, dia 24 de Setembro de 2010 recomenda:-----

1. A extinção imediata da Feira Viva – Cultura e Desporto, E.M. e a integração de todos os seus funcionários nos quadros da autarquia.”-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer que matérias da natureza da apresentada, anunciadas em cima da hora, leva a que não haja espaço para reflexão e



melhor ponderação sobre a decisão a tomar.-----

Referiu que, em sede de revisão do Regimento, o Partido Socialista fez sentir essa necessidade porque considera importante que tais matérias sejam, com tempo, alvo de reflexão.-----

Quanto à recomendação em questão, sobre a extinção da Feira Viva, referiu que o Partido Socialista vê as empresas municipais como modelos de gestão onde se encontra agilidade e onde é possível atingir determinados projectos de uma forma mais fácil e rápida.-----

Disse que, todavia, no caso da Feira Viva, o Partido Socialista sempre criticou a arquitectura da mesma, considerando-a muito pesada, criticando que se misture o desporto com a cultura, que se misture equipamentos como o parque ornitológico com os museus. Ressaltou que esse modelo cria uma estrutura muito pesada.-----

Conclui dizendo que, apesar disso, o grupo municipal do Partido Socialista não ia votar favoravelmente a recomendação porque entende que as empresas municipais, bem geridas e bem orientadas, são muito importantes no funcionamento de uma autarquia.-----

Usou da palavra a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) que começou por dizer que a CDU tendo uma posição de princípio relativamente às empresas municipais, dizendo não ser favorável porque entende que as questões da cultura e as questões do desporto, entre outras, devem estar no âmbito das Câmaras Municipais e serem, de facto, um serviço público.-----

Focou que a CDU não se revê, minimamente, em nenhuma das considerações dos “boys” partidários e dos “tachos”, e que entende que se deve partir de um princípio da boa-fé relativamente a empresas municipais e aos representantes do município que estão nessas empresas. Referiu que, por isso, a CDU rejeita essa postura de ataque pessoal que vem sendo feita tanto pelo Bloco de Esquerda como pelo Partido Socialista, relativamente à Feira Viva, porque não se revê nessa mesma postura.-----

Prosseguiu dizendo que a CDU entende que um processo de extinção teria que ser uma coisa muito bem analisada, com estudos técnicos, com propostas fundamentadas, com justificações, com factos, com uma maior transparência relativamente à empresa municipal. Frisou que essa maior transparência é uma exigência da CDU, e que visa a possibilidade de melhor escrutinar as contas da Feira Viva.-----

Sublinhou que a Assembleia Municipal nunca poderia recomendar a extinção da empresa



municipal, sem ter acesso a essas contas.-----
Acrescentou que a Feira Viva não se limita à Terra dos Sonhos, nem ao Festival da Juventude, ressaltando que a queda da bancada e do vídeo-hall não tem tanto a ver com a Feira Viva, mas sim com o Pelouro da Protecção Civil, frisando que não se pode sobrevalorizar vários eventos que são feitos através da Feira Viva e que são de acesso gratuito. Aludiu ao Festival da Juventude e ao Festival para Gente Sentada, fazendo sobressair tratem-se de eventos culturais que, de facto, trouxeram uma nova cultura e uma nova educação de públicos. -----
Referiu discordar totalmente com o que é dito na recomendação relativamente aos preços praticados, salientando que, de facto, no que toca ao desporto, os equipamentos municipais são acessíveis. Fez notar que o poderiam ser mais relativamente às escolas, que há coisas que se podem ajustar, mas que o Município de Santa Maria da Feira garante, efectivamente, uma prática desportiva aos seus munícipes, com preços acessíveis. -----
Concluindo, disse votar contra a recomendação porque, no entender da CDU, nunca se poderia decretar, numa Assembleia Municipal, o encerramento da Feira Viva, sem qualquer outra justificação. -----

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) para dizer que o CDS-PP, em relação à recomendação em causa, entende que ela tem termos que considera abusivos. -----
Referiu que os Presidentes das Câmaras dos municípios referidos na recomendação gerem as suas Câmaras, e que não é pelos exemplos dos outros que se deve gerir o Município de Santa Maria da Feira ou que, pelo menos, nem sempre isso deve acontecer.-----
A respeito dos preços dos equipamentos desportivos, disse concordar com o proferido pela deputada municipal Lúcia Gomes, dizendo ser, de todo, errado o que consta na recomendação, a esse propósito. -----
Concluiu dizendo que, apesar da posição do CDS-PP ser de que a Feira Viva não tem trazido a mais-valia que se esperava para o município e que, em função disso, deveria ser repensada, o CDS-PP não se revê, de todo, no texto da recomendação.-----

Interveio a deputada municipal **Fernanda Paula Oliveira** (PSD), que iniciou dizendo que a Assembleia Municipal não tem competência para deliberar nos termos que são propostos. Referiu ainda que, ao ter lido rapidamente a Lei das Autarquias Locais, ficou com dúvidas



quanto a se tal assunto poderia, sequer, ser agendado, salientando que, pelo que percebeu, só o poderia ser sob proposta da Câmara. Fez sobressair que, portanto, a Assembleia Municipal não poderia, por sua iniciativa, tomar essa medida.-----

Sublinhou que, em todo o caso, parece ao grupo municipal do PSD que o que está traduzido no texto da recomendação não reflecte a realidade da Feira Viva, dando nota, a esse propósito, que os membros do Conselho de Administração da Feira Viva não são remunerados.-----

Concluiu ressaltando que a criação de empresas municipais é administração indirecta do município, que é uma forma de agilizar algumas das atribuições que são municipais, e que era esse aspecto que queria reafirmar, relativamente à recomendação em referência. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) – proponente da recomendação – dizendo ter ficado claro, pelas intervenções efectuadas, quem está contra a recomendação e o porquê das agilidades não estarem sob um controle tão efectivo como se estivessem sob a alçada directa do município. -----

Fez sobressair ter sido o próprio administrador da Feira Viva, Dr. Paulo Pais, que disse que, a continuar com os mesmos constrangimentos, mais vale acabar com a Feira Viva, ressaltando que isso está escrito em actas recentes das reuniões de Câmara.-----

Em relação à questão da realização de eventos, disse não ver o porquê de a Câmara não os poder concretizar da mesma forma. -----

Quanto a se dizer que, tanto na cultura, como no desporto, os preços são acessíveis, referiu que o valor do bilhete para o Festival para Gente Sentada seria um 1/4 do salário mínimo se esse salário mínimo fosse de 500 euros, salientando não lhe parecer que esse seja um preço acessível para o comum dos feirenses, quando a média salarial dos mesmos é pouco mais do que o salário mínimo.-----

Salientou não estar em causa a qualidade ou o tipo do Festival, mas sim a questão dos preços, dizendo, contudo, compreender a tomada de posição da CDU até porque foi a mesma CDU que apresentou um voto de louvor a propósito do Festival para Gente Sentada. -----

Relativamente aos equipamentos mencionados na recomendação, fez notar que quando se fala da questão do vídeo-hall está-se a falar de dezenas de milhares de euros desperdiçados por uma incúria de manuseamento, sublinhando que por aí se vê como é gerido o dinheiro público. -----



Concluindo disse, relativamente ao facto de os administradores da Feira Viva não serem remunerados, que a questão prende-se com os assessores e com tudo o que gravita à volta da Administração da Feira Viva. -----

Interveio o *Sr. Vice-Presidente da Câmara*, dizendo que gostava de fazer uma breve referência à recomendação que está em discussão e que é dirigida à Câmara.-----
A esse respeito referiu que, como foi dito pela deputada municipal Fernanda Paula, a criação de empresas municipais é da competência da Câmara e que a autorização compete à Assembleia Municipal.-----

Disse julgar pertinente dar uma ligeira opinião sobre o sistema empresarial local, dizendo ser nesse que se insere a Feira Viva, dando nota que, conforme já referido, os administradores não recebem dinheiro e que a empresa também não tem assessores. Focou então que, quanto à questão dos “boys” que outros Presidentes de Câmara lamentam, não se aplica ao Município de Santa Maria da Feira. -----

Realçou que a Feira Viva gere um orçamento anual de 5 milhões de euros, que gere 4 piscinas municipais, 2 pavilhões municipais, 3 casas de juventude, 1 parque ornitológico, toda a programação de sala do Cine-teatro António Lamoso, e que organiza, durante o ano, 6 ou 7 grandes eventos de cultura municipais. Referiu que os feirenses devem estar orgulhosos da política cultural do Município, salientando que a Feira Viva teve um importantíssimo papel nessa política.-----

Disse julgar que os poucos que dizem mal da política cultural da Câmara são feirenses, realçando que, no exterior, todos sabem qual é a marca, no País e no Mundo, do Município de Santa Maria da Feira no que à Cultura diz respeito, fazendo sobressair que o papel da Feira Viva, nesse âmbito, foi importantíssimo, e que o continuará a ser.-----

Realçou que a democracia tem a grande virtude de obrigar a respeitar as minorias, mas que lhe parece que se propor, no Período de Antes da Ordem do Dia da Assembleia, a extinção de uma empresa da envergadura da Feira Viva, tendo em conta toda a participação que a mesma tem no movimento associativo no concelho, é muito leviano. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, verificando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor da recomendação, 53 votos



contra, e 0 abstenções, rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE) intitulada “Pelo encerramento da Feira Viva – Cultura e Desporto, E.M.” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito.-----

Chegaram à sessão os membros Marco Aurélio Oliveira Jesus e Manuel Mota Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior.-----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* pediu a um dos Secretários da Mesa para efectuar a leitura da moção subordinada ao tema “Na defesa do Imaginarius” – apresentado pelo membro Nuno Serrano (BE) – cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“MOÇÃO -----

NA DEFESA DO IMAGINARIUS -----

A utilização do espaço público para a criação artística tem como uma das dimensões mais nobres o Teatro de Rua. Esse é o objecto do Festival Imaginarius, que teve a sua génese na promoção da produção artística do nosso concelho. -----

O Imaginarius tem assumido, ao longo dos tempos, um espaço relevante de promoção do concelho e de divulgação cultural. É hoje uma marca importante na vida cultural e social do nosso Concelho. -----

Importa agora, dando continuidade a este legado, regressar ao espírito inicial do Imaginarius onde incorporava uma vertente importante da divulgação da cultura criada e produzida em Santa Maria da Feira. -----

As recentes declarações de membros do executivo camarário onde questionavam a continuidade do Imaginarius causaram enorme perplexidade aos feirenses. Demonstram que impera hoje no executivo camarário uma insensibilidade sobre a produção cultural concelhio que é inaceitável. Só assim se percebe o abusivo recurso a agentes artísticos externos ao concelho. -----

É conhecido que o Imaginarius, por recorrer quase na totalidade, a artistas externos ao concelho de Santa Maria da Feira, tem assumido um custo elevado. Contudo, este é o resultado de opções erradas na escolha dos espectáculos para o Festival e um claro desinvestimento na produção local. Este é o resultado da entrega da realização do Imaginarius à Feira Viva. -----



A preocupação, portanto, não deve ser sobre a continuidade do Imaginarius, mas a sua execução como verdadeiro evento para divulgação da produção cultural feirense. Com esta escolha, para além do envolvimento dos agentes culturais feirenses, teríamos um impulso significativo para a criação de um cluster criativo. A criação e promoção deste cluster é um dos caminhos de saída da crise que devemos seguir. -----

Hoje todos reconhecem que o nosso Concelho dispõe de uma rede de agentes culturais. Grupos de teatro, de artes, capazes de organizar com qualidade um evento como o Imaginarius. Só falta existir uma liderança política que possibilite a criação dessa montra excepcional para levar ainda mais longe a criação artística do concelho. -----

Assim sendo a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje, dia 24 de Setembro de 2010 decide: -----

1. A organização do Imaginarius passa a estar sobre a alçada dos agentes culturais locais, após a criação de uma comissão concelhia para o efeito, composta por elementos do movimento associativo local, da área da cultura e das artes para a criação, assumindo a autarquia as funções logísticas e financeiras do evento.”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que a Moção acabada de ler incorre no mesmo problema da anterior, questionando ao proponente Nuno Serrano se pretendia transformar a Moção numa Recomendação, alterando o termo “decide”, na parte final da mesma, pelo termo “recomenda”, tendo o membro *Nuno Serrano* concordado em o fazer. -----

Assim sendo, onde diz “*Moção*” deve ler-se “*Recomendação*”, e onde diz: -----
“... a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje, dia 24 de Setembro de 2010 *decide*: -----

1. A organização do Imaginarius passa a estar sobre a alçada dos agentes culturais locais, após a criação de uma comissão concelhia para o efeito, composta por elementos do movimento associativo local, da área da cultura e das artes para a criação, assumindo a autarquia as funções logísticas e financeiras do evento.”-----
deve ler-se: -----

“... a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje, dia 24 de Setembro de 2010 *recomenda*: -----



1. A organização do Imaginarius passa a estar sobre a alçada dos agentes culturais locais, após a criação de uma comissão concelhia para o efeito, composta por elementos do movimento associativo local, da área da cultura e das artes para a criação, assumindo a autarquia as funções logísticas e financeiras do evento.”-----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a palavra ao membro Nuno Serrano, para que o mesmo apresentasse, então, a recomendação. -----

O membro *Nuno Serrano* (BE) usou da palavra começando por dizer que no Imaginarius realizado este ano, e face às dificuldades financeiras patentes na autarquia, se recorreu muito mais à prata da casa para realizar espectáculos do Imaginarius, e que alguns desses espectáculos se fizeram com a integração de outras comunidades. Referiu que esse espírito deve ser incrementado e que, por isso, não lhe parece sensato que se coloque, sequer, em questão a realização do Imaginarius. -----

Concluiu referindo que o Imaginarius é um exemplo claro de algo que pode ser perfeitamente exequível pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, e que não tem de existir uma empresa municipal para que esse evento se realize. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que iniciou por dizer que o Partido Socialista entende a importância do Imaginarius, mas também entende que tem de haver cuidado para que não se façam gastos excessivos e, depois, falte dinheiro na parte essencial. -----

Frisou que o Partido Socialista é favorável à realização do Imaginarius desde que se garanta qualidade, ressaltando que, se se enveredar pela via do recurso ao amadorismo, pode-se perder essa qualidade. Salientou que, a acontecer essa perda, é preferível suspender a realização do evento por um ou dois anos, até que haja condições económicas e financeiras para retomar o evento, com qualidade. -----

Focou que, numa altura em que a Câmara se debate com dificuldades financeiras para pagar bolsas de estudo, para prestar apoios sociais num momento em que a autarquia se sente confrontada, cada vez mais, com problemas sociais, então que o Partido Socialista é do entendimento que a Câmara deverá assumir essa decisão, consoante as suas capacidades. -----

Concluiu dizendo que, todavia, o Partido Socialista é a favor do Imaginarius. -----



Usou da palavra a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU), que começou por manifestar a sua concordância com a defesa do festival Imaginarius. Disse ser do tempo da 1ª edição, em que o Imaginarius durava oito dias e era feito com a “prata da casa” e com grupos amadores, envolvendo muitos feirenses. -----

Salientou que a realização do Imaginarius trouxe a democratização do Teatro de Rua e tornou Santa Maria da Feira como um dos grandes marcos do Teatro de Rua, frisando que toda a gente conhece o festival e que vários municípios têm feito outros, fazendo notar que, há bem pouco tempo, no Algarve, se viu uma reprodução de uma coisa que já tinha sido feita no Imaginarius. -----

Prosseguiu dizendo que a CDU defende, também, um maior envolvimento dos feirenses, ressaltando que, precisamente por via da criação do Imaginarius, foram criados cada vez mais grupos de teatro em Santa Maria da Feira, fazendo sobressair que a companhia “Persona” é o exemplo máximo daquilo que o Imaginarius foi fazendo pelo Teatro de Rua em Santa Maria da Feira. -----

Frisou que, evidentemente, a CDU defende o Imaginarius e a gratuidade desse festival, mas que também percebe que a Câmara Municipal pode não ter dinheiro para o financiar. -----

Referiu haver prioridades e que, neste momento, a CDU entende que a prioridade máxima tem que ser o apoio social, que o dinheiro tem de ser direccionado para o apoio social e para as questões que têm estado em cima da mesa, nomeadamente, as infra-estruturas básicas de saneamento e o acesso à água como um bem público. -----

Salientou que se a Câmara não puder realizar, por motivos económicos, o festival Imaginarius, a CDU compreende por ser uma questão de prioridades. -----

Ressaltou que mesmo que a organização esteja sob a alçada de agentes culturais locais, a realização do festival implica dinheiro e, a esse propósito, salientou que as associações não têm dinheiro, a autarquia não tem dinheiro e que, assumindo as funções logísticas, a autarquia tem que ter orçamento para tal. -----

Salientou também que, tanto quanto sabe, a Câmara Municipal ainda não disse que ia acabar com o Imaginarius e que, portanto, a recomendação vem um pouco a destempo. -----

Concluiu dizendo que a CDU não pode votar favoravelmente a recomendação, que se ia abster porque, defendendo o Imaginarius, percebe haver prioridades e que, no caso de ser o apoio social a estar em causa, a CDU entende que deve ser esse apoio a prioridade. -----



Interveio a deputada municipal *Fernanda Paula Oliveira* (PSD), dizendo que queria reafirmar a importância do Imaginarius e a importância do investimento na cultura, mas que, naturalmente, a Câmara Municipal tem que fazer opções, em termos do Plano de Actividades e do Orçamento, e da gestão dos dinheiros. -----

Realçou que, como foi dito, não está decidido que o Imaginarius vá terminar, focando ainda que, na gestão camarária e tendo em consideração a expectativa em torno desse acontecimento, será preferível fazer uma gestão dos dinheiros públicos em função do que é, neste momento, mais prioritário, sublinhando dizer isso sem desprimor do Imaginarius e defendendo, também, esse festival. -----

Interveio o *Sr. Vice-Presidente da Câmara*, que iniciou por dizer que pensa ser claro para todos que as artes de rua, as indústrias criativas, são uma prioridade para o Município de Santa Maria da Feira. -----

Referiu tratar-se de um novo sector de actividade em que a Câmara aposta fortemente, referindo não ser por acaso que a Câmara tem uma candidatura com pré-aprovação para a construção de um Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua, que representa um investimento estimado na ordem dos 7 ou 8 milhões de euros, e que isso significa, claramente, tratar-se de uma aposta do município. -----

Disse para não haver dúvidas de que a Câmara entende que a política cultural do município, nomeadamente, as artes de rua, são para prosseguir, caso a candidatura que mencionou vá até ao fim, informando que tudo leva a crer isso aconteça. -----

Salientou que surgiram algumas notícias na imprensa a propósito da realização, ou não, do Imaginarius, mas que a Câmara, em momento algum, disse se eram verdadeiras, ou não. -----

Frisou que todos necessitam ter a consciência que a situação financeira do País é dramática, e que essa situação também se reflecte no Município e nas famílias. -----

Salientou que se está a verificar uma descida brutal das receitas e, assim sendo, obviamente que os municípios têm que pensar nas suas despesas, e que espera que o Governo também o faça. -----

Fez sobressair que a Câmara está a pensar em tudo, a equacionar tudo, que não há nenhuma decisão, que a Câmara está a preparar o Orçamento do próximo ano, e que só quando houver certezas daquilo que será feito, é que será tornado público. -----



Referiu ser da opinião que toda a gente se deve convencer de que estamos numa mudança de paradigma e que todos temos que mudar de vida, e que prova disso é que o Governo aumentou os impostos aos portugueses, cortou às Câmaras um milhão de euros, e não se sabe quanto é que vai cortar no próximo ano.-----

Concluindo, disse que o Município de Santa Maria da Feira é muito grande para gerir e que, obviamente, a Câmara está a equacionar os cortes na despesa que puder fazer e, oportunamente, o transmitirá à Assembleia Municipal e aos feirenses.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, verificando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor da recomendação, 41 votos contra, e 14 abstenções, rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE) intitulada “Na defesa do Imaginarius” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito.-----

Discutidas as moções e recomendações, o Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições aos membros da Assembleia que pretendessem intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia. Feitas as inscrições, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra, em primeiro lugar, ao membro Victor Neves.-----

Interveio o membro *Victor Neves* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“FONTANÁRIOS CONCELHIOS -----

Pretendo os seguintes esclarecimentos face aos fontanários existentes no concelho.-----

Como está a processar-se no presente o acompanhamento de análises aos ditos?-----

As análises são feitas periodicamente? -----

Quero saber que não!-----

Dos respectivos resultados das análises há informação fidedigna às populações, informando se de facto a água é própria ou não para consumo? Neste capítulo, também sei que há freguesias que não têm essa preocupação, o que a meu ver é muito grave! -----

Nos princípios de Agosto, passei nas Caldas de São Jorge, mais propriamente na rua de Caldelas onde existe um fontanário que por sinal é muito procurado. Não é que eu lá vá



abastecer-me de água, mas sei que há muitos munícipes que se abastecem na dita. Porém, fiquei muito surpreendido ao verificar que não há qualquer tipo de informação aos munícipes de que a água é ou não própria para consumo (apenas existe um escrito a aconselhar as pessoas ao respeito pelo outro no respectivo enchimento de vasilhame). -----

Precisamente ontem, cerca das 19,30 horas, desloquei-me propositadamente à fonte no sentido de verificar se havia informação de que a água é consumível com as devidas garantias analíticas, mas continua a não existir qualquer informação nesse sentido. -----

Pergunto-me onde está a preocupação no zelo, no velar pela saúde pública, senhor representante do Presidente da Câmara! -----

Julgo ser fundamental que os eleitos pelo povo se devam preocupar mais em velar pelos interesses das populações ao mais variado nível e de modo especial nos aspectos que mexem com a saúde pública.-----

Atrevo-me a fazer um apelo a todos os senhores Presidentes de Junta aqui presentes, no sentido de terem a preocupação constante de fazer as análises necessárias aos fontanários nas suas freguesias. E óbvio que para o efeito é necessária a respectiva verba!-----

Porém, há que exigir, senhores Presidentes de Junta, à Câmara, aqui presente.”-----

Usou da palavra o membro **Feliciano Pereira** – Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Desde o momento que se deu o início da construção da auto-estrada A32, que passa na Freguesia a que presido (Santa Maria de Pigeiros), que tenho manifestado a minha preocupação, bem como a de todos os elementos da Junta de Freguesia, para com o destino a dar às águas pluviais nomeadamente nos lugares da Gândara, Além do Rio e junto à Ponte da Galga. -----

Na primeira reunião que tivemos com os responsáveis desta auto-estrada e da Câmara Municipal, realizada no Convento dos Lóios, fiz uma intervenção e alertei todos os responsáveis para que viessem a ter muito cuidado e atenção nestes locais acima referidos com o destino a dar às águas pluviais, atendendo ao facto de serem locais com existência de muita água por isso muito encharcados. -----

Alertei para o facto de se essas águas não fossem bem conduzidas, no Inverno ou nos períodos de queda de muita chuva algumas habitações situadas nas Ruas da Gândara, Urbanização da



Gândara e Rua Além do Rio, iriam sofrer a ocorrência de inundações com consequências imprevisíveis.-----

Procedemos ao envio de ofícios à Câmara Municipal e à Dlace, a solicitar para que essas águas pluviais da zona da Gândara e Além do Rio viessem a ser encaminhadas não para onde estão delineadas mas sim para a zona situada mais a Sul, onde existe uma linha de água maior, situada num local que se designa por regato, próxima do limite da freguesia de Santa Maria de Pigeiros com a Freguesia de Milheirós de Poiares.-----

O que se tem verificado é que após a vinda de algumas entidades aos locais ainda nada se resolveu para solucionar este grave problema.-----

No passado dia 15 deste mês de Setembro, tivemos uma reunião no local onde estiveram presentes o senhor Eng.º Anderson da firma que está a construir a auto-estrada neste troço e o senhor Eng.º Nuno, da firma Dlace, bem como outros engenheiros que de momento não tenho presente os nomes, mas que seriam técnicos relacionados com o projecto da obra, onde nos foi comunicado que as condutas das águas pluviais situadas mais a sul iriam ser encaminhadas para o referido regato.-----

Na segunda-feira dia 20 deste mês de Setembro, foi-nos comunicado pelo encarregado da firma Alves Ribeiro, senhor Pedro Branco, que essas águas iriam ser encaminhadas não para o regato mas sim para a Travessa da Fábrica, situação completamente antagónica à solução sugerida pela Junta de Freguesia.-----

Senhor Vereador Emídio, solicitava a sua rápida deslocação ao local a fim de poder intervir o mais urgente possível para que se possa solucionar este grave problema que vamos passar a ter em mãos, pelo facto de os habitantes desta zona serem fustigados com inundações nas suas habitações.-----

Aproveito também para referir que a Rua da Serra, nomeadamente a parte que se encontra ainda em terra batida foi barrada com a passagem da auto-estrada.-----

Perante esta situação e após a nossa intervenção foi-nos comunicado que atendendo à falta de cotas para a saída da mesma no limite com a freguesia de Romariz que tecnicamente não seria possível garantir a sua continuidade.-----

Não sendo propriamente o que pretenderíamos com tal solução para esta rua, vamos expor a situação na próxima Assembleia de Freguesia para que a mesma se pronuncie sobre este assunto.-----



Apelamos ao bom senso do senhor Vereador Emídio, para com os problemas que acima referimos e atendendo à gravidade que esta situação virá a ter junto destes núcleos habitacionais, dignando-se a proceder a uma rápida e pronta intervenção, a bem de todos.” ----

Seguidamente, interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“1. Está previsto na carta escolar a construção de uma escola do pré-primário na zona da SuilPark, sabe o Sr. Vice-Presidente dizer para quando a construção dessa escola. -----

2. Sabe o Sr. Vice-Presidente da Câmara o porquê de na escola EB1 do Cavaco uma turma ter aulas no pavilhão da escola? Agora os outros alunos quando tiverem os intervalos no Inverno vão ter de apanhar chuva ou então ficar na sala de aula. -----

a) Que medidas pretende tomar para atenuar este problema? -----

b) Por quanto tempo esta situação vai existir? -----

3. Porquê que os pais das crianças mais desfavorecidas das EB1 do nosso Concelho foram informados que os filhos não iriam ter o lanche, tal como tinham no ano transacto?-----

4. Sabe informar esta Assembleia para quando o término de todos os centros escolares em que já foi colocada a primeira pedra? -----

a) Sabe dizer se os projectos sofreram alterações? -----

b) Se os orçamentos previstos para a execução dos centros escolares se mantêm ou vão sofrer alterações?-----

5. Sabe o Sr. Presidente da Câmara informar esta Assembleia quantos euros já foram gastos com os sucessivos projectos e diferentes localizações para o Centro de Criação de Artes de Rua?-----

a) Mesmo que o novo projecto seja financiado em parte por fundos comunitários, tendo em conta a falta de capacidade de financiamento da Câmara, como tenciona a Câmara financiar a parte que lhe cabe? Vai recorrer a mais uma ruinoso parceria público-privada?”-----

O membro Nuno Serrano interrompeu a leitura do documento para, a propósito da afirmação do Sr. Vice-Presidente da Câmara no sentido de que a Câmara estava a reequacionar todas as hipóteses para reduzir a despesa, dar uma sugestão. Sugeriu que a Câmara, na abertura dos concursos das diversas obras, apresente, como valor base das mesmas, um valor mais real. Nesse âmbito, disse bastar recorrer a uma das últimas actas para se constatar que a Câmara



lançou uma obra com um valor 40% acima do valor real da mesma. Referiu ser isso que está na acta, segundo o empreiteiro. -----

Passou a aludir a um outro assunto, questionou quais as medidas que foram tomadas para dar seguimento à recomendação aprovada pela Assembleia Municipal, no sentido de fazer publicar o conteúdo integral das actas das sessões da Assembleia Municipal e das reuniões da Câmara, no sítio da Câmara.-----

Concluindo, perguntou se existe alguma razão em especial para que as moções e recomendações aprovadas na sessão da Assembleia de 30 de Junho de 2010 ainda não tenham sido publicadas no sítio da Câmara, tal como acontece com as aprovadas nas sessões anteriores. -----

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP), que começou por dizer que recebeu a informação de que foram cortados os lanches das escolas EB1 e que gostava de obter, da Câmara, uma explicação para que isso tivesse acontecido.-----

Referiu que soube, também, que nas Pré-Escolas as actividades extracurriculares foram retiradas do normal horário das crianças e que, depois, isso foi acompanhado de uma propaganda à entidade “Grande Sábio”, no sentido de que essas actividades fossem feitas põe essa entidade. Frisou que essa situação implica, para os pais, um esforço financeiro adicional dizendo que, mediante a crise que se atravessa, isso lhe parece injustificável e que não vem de acordo com a política de apoio social que a Câmara devia, nesta altura, fazer. -----

Aludindo à questão das bolsas de estudo, referiu que, pelo que sabe, as referentes ao ano lectivo anterior já terão sido pagas, chamando, contudo, a atenção para o facto de já se estar a iniciar o ano lectivo seguinte. Salientou que o assunto das bolsas de estudo já foi abordado na Assembleia Municipal e que, nessa ocasião, a Câmara prometeu que iria tentar rever o procedimento das bolsas de estudo. Disse que seria importante que a Câmara corrigisse a situação, referente ao pagamento das bolsas de estudo. -----

Prosseguiu por aludir a uma outra questão, relacionada com a passagem da auto-estrada A41 na zona de Argoncilhe. Referiu que leu na imprensa que foi colocada a hipótese da abertura de uma rua paralela à A41, junto à zona da praça de portagens e que, nesse âmbito, gostava de ser esclarecido se essa questão foi conversada com o concessionário e se essa é uma hipótese real. Focou que essa rua resolveria, quase a custo zero, o problema da circular de Aldriz,



salientando que esse problema existe, naquela zona, há vários anos. -----

Ainda relacionado com a A41, disse que na Rua das Forças Armadas, em Argoncilhe, existem quatro ou cinco casas em banda, construídas há cerca de cinco anos.-----

A esse propósito, disse ter a certeza que, há cinco anos atrás, já existia um corredor de protecção para a referida auto-estrada e que, mesmo assim, essas casas foram construídas. Fez sobressair que as pessoas compraram casa pensando que estavam num sítio apazível e sossegado mas que, de um dia para o outro, e uma vez que a auto-estrada, naquele ponto, vai ser elevada, depararam-se com um muro de quinze metros à frente, deixando de ter visibilidade para o que quer que seja. -----

No âmbito desse assunto, referiu que ainda não tivera oportunidade de falar com os moradores dessas casas, que gostava de ouvir a opinião deles, dizendo que tinha a certeza que essas pessoas não foram informadas dessa situação. Disse achar muito estranho que tal aconteça no concelho de Santa Maria da Feira, focando que essas pessoas não vão ficar satisfeitas com o concelho e com a forma como as coisas acontecem em Santa Maria da Feira. -----

Concluiu dizendo ser lamentável que fossem construídas essas casas num período de tempo tão curto e tão próximo da construção da auto-estrada, que fosse construído um muro que veda completamente a visibilidade a essas casas, salientando que só quem conhece a situação é que sabe do horror da mesma.-----

Interveio a deputada municipal *Alexandra Sousa* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A minha intervenção será breve, sucinta e directa, no sentido de pedir um esclarecimento à Sr.^a Vereadora da Educação sobre alguns aspectos importantes no bom funcionamento de uma escola e que actualmente preocupam os pais da EB1 Lamas 3 – Chão do Monte, em Santa Maria de Lamas.-----

Estes aspectos não deveriam ser descurados, muito menos quando a construção da escola é tão recente.-----

Apesar de, desde o início da construção da mesma, ser alvo de sucessivos reparos, há ainda, após um ano de funcionamento da escola, situações deficitárias no mesmo, nomeadamente: ---

- falta de um espaço coberto para as crianças brincarem; -----

- falta de um coberto que abrigue as pessoas desde o portão da entrada às instalações da



escola;-----

- falta de aquecimento; -----

- falta de segurança em volta da escola. -----

Relativamente ao espaço coberto, aquando do projecto da escola, segundo sei, informaram a Associação de Pais de que seria construído um polivalente para as aulas de Educação Física e para as crianças estarem abrigadas quando chovesse. Actualmente, consta-se que, devido a uma candidatura a um Projecto de Bibliotecas Escolares, que exige uma determinada área, o polivalente será transformado em Biblioteca e sala de professores. Gostaria de saber se este facto é verdadeiro e se haverá construção de outro espaço coberto para as crianças puderem brincar e ter as suas aulas de Educação Física, abrigadas. Sei que as Bibliotecas são uma mais-valia para as escolas, mas julgo que estão contentes com a que já existe na escola, que aliás, já foi criada no espaço da Cantina e que “obriga” a fazerem-se 2 turnos para as crianças almoçarem. Por isso, mais do que uma Biblioteca de maiores dimensões, estas crianças necessitam de um espaço coberto para brincarem, uma vez que, frequentam aquela escola 170 alunos e é humanamente impossível tê-los nos corredores das salas, durante os intervalos. -----
Quanto ao coberto, julgo que é lógica esta necessidade e queria perguntar se está prevista a sua execução. -----

Sobre o aquecimento da escola, cumpre-me dizer que estava prometido para o mês de Outubro, do ano passado, mas os alunos estiveram todo o Inverno sem o sentir, nem mesmo o calor de um aquecedor, pois as tomadas das salas de aula não aguentavam a sua ligação. O aquecimento está prometido para o próximo mês de Novembro, mas Sr.^a Vereadora, será que vai aquecer as crianças este Inverno? -----

Em relação à insegurança em volta da escola deve-se ao facto de o piso ter sido alteado e os muros terem ficado na mesma, logo muito baixos e, apesar de haver funcionárias na escola, não podem estar em todo o lado e conforme se encontra a vedação está à mercê de qualquer criança poder sair ou de algum adulto aceder às crianças. Queria perguntar se há alguma solução planeada para este problema. -----

Por fim, gostaria de referir uma outra situação condizente com esta, que acontece na EB1 N.º2 da Feira. -----

Esta escola tem cerca de 272 alunos e não têm, nem nunca tiveram um espaço coberto para, em tempo de chuva, puderem brincar. -----



As crianças estão “obrigadas” a permanecer no hall da escola ou nas salas de aula para passarem o seu intervalo, em dias de chuva. Sendo ainda de referir que, mesmo a disciplina de Educação Física é leccionada dentro das salas de aula, quando chove. -----

Segundo sei, existe um compromisso assumido pela Autarquia, após várias intervenções da Associação de Pais e da bancada Socialista, a prometer a construção de um polivalente para solucionar este problema. -----

Gostaria de perguntar se será para breve, uma vez que no início de cada ano lectivo a Associação de Pais se vê confrontada com o desagrado dos pais perante esta situação e não encontra resposta para os mesmos, uma vez que esta situação se arrasta há muitos anos. O que se pergunta é se caiu no esquecimento o bem-estar destas crianças ou se será resolvido antes do Inverno que se avizinha. O que nós pedimos, desejamos e esperamos é que se resolvam com a máxima brevidade, todos os casos do concelho, dos quais estes são apenas exemplos.” -

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) que começou por dizer ser gratificante ver cada vez maior a participação de mulheres na Assembleia Municipal e no Executivo Camarário, e que isso deve deixar todos felizes pela participação cada vez mais activa das mulheres feirenses no próprio poder local. -----

Em seguida passou a ler documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----
“Começaria antes de mais por colocar uma questão que está na ordem do dia. No centro das preocupações de centenas de trabalhadores, nomeadamente de mulheres, que tem feito correr tinta na imprensa nacional. -----

Refiro-me ao encerramento ou não das grandes superfícies comerciais ao domingo. A decisão sobre tal assunto compete agora às Câmaras Municipais, e desde já é urgente saber o posicionamento do Executivo Feirense. -----

De acordo com a imprensa, os municípios concertarão posições, sob pena de não ficarem para trás nas actividades e no lucro. Outros, como Coimbra, recorrerão ao referendo local. Pois eu questiono, quando eram as entidades patronais que obrigavam os seus trabalhadores a recolher assinaturas para a abertura ao domingo, quando o argumento do maior número de postos de trabalho é completamente falacioso – são os mesmos trabalhadores que vão trabalhar mais horas, provavelmente por menos dinheiro, não fosse este sector o primeiro a tentar impor as 60 horas de trabalho semanal. -----



Não terão estes trabalhadores, na sua maioria mulheres, direito a estar com as suas famílias ao domingo? Direito ao repouso e lazer previstos na Constituição Portuguesa (permitam-me o desabafo, que agora o PSD pretende rasgar)? Gostaria de mencionar uma petição europeia, que moveu já mais de 18.000 pessoas, assinada por comunistas, como a Ilda Figueiredo, mas também pela Conferência Episcopal Portuguesa que afirma que “os lucros não deverão sobrepor-se aos valores familiares”, e por representantes do comércio tradicional. Relembro ainda que apenas a Suécia, a República Checa, Estónia, Letónia, Lituânia e Eslovénia – 6 países – têm o comércio aberto ao domingo. Será este o tempo de humanismo para uma decisão camarária, que fará prevalecer o direito ao repouso, ao descanso, a estar com a família, o combate à exploração desenfreada das nossas mulheres trabalhadoras? -----

Quanto ao início do ano escolar, este executivo já nos habituou às inaugurações, enquanto a desorganização reina nas pedras que estão por colocar nos centros escolares e os contentores passaram definitivamente, de provisórios a definitivos, com os elevados custos que acarreta tal solução. De facto, de todos os centros escolares mais do que anunciados e propagandeados, poucos estão em funcionamento e o ano escolar já começou. Gostaríamos, pois, de um esclarecimento relativamente a esta situação.-----

O nosso concelho está na iminência de uma desastrosa catástrofe social. De Agosto de 2009 para Agosto de 2010, o número de inscrições no centro de emprego aumentou de 8.781 para 10.030 – mais 1.249 inscritos, dos quais 60,2% são mulheres e mais de metade têm entre 35 e 54 anos. São mais de 10.000 pessoas que hoje não têm emprego, isto apenas de acordo com os números oficiais. E o corte brutal nas prestações sociais operado pelo Governo PS é um crime social. Famílias inteiras estão a perder a única fonte de rendimento – subsídio social de desemprego, rendimento social de inserção – e prestações essenciais de apoio à família como é a acção social escolar e o abono de família. Bem sabemos que os serviços sociais da Câmara Municipal não têm tido mãos a medir. Nesse sentido, gostaríamos que o executivo nos fizesse um pequeno retrato social e um resumo das medidas entretanto avançadas, bem como a sua posição face a esta nova legislação que empurra quem menos pode e menos tem para situações de maior risco de exclusão social. -----

Por fim, e a talhe de foice, agora que o PSD conseguiu o desiderato da implantação do pagamento de portagens em todo o país, já sabemos que o mau exemplo começará precisamente no nosso distrito, está o executivo de acordo com esta medida, contrariamente



ao deliberado por esta Assembleia Municipal por proposta da CDU, – a pagar pagam todos e os feirenses sempre na linha da frente das medidas que exigem mais sacrifícios sempre aos que menos têm?” -----

Após a leitura do documento, a deputada municipal Lúcia Gomes disse que terminaria por referir uma passagem da acta da reunião camarária de 20 de Setembro de 2010, em que o Sr. Presidente da Câmara diz, na folha 4, que entende que a Câmara deveria era fazer um protesto pelo facto de o Governo estar a subir os impostos aos portugueses e a retirar as verbas às Câmaras. Disse que essa afirmação do Sr. Presidente da Câmara muito lhe agradou e que, por isso, e mesmo não estando o Sr. Presidente da Câmara presente na sessão, lhe deixava o convite, e a quem o quiser acompanhar, para participar numa manifestação contra as políticas do Governo PS, no próximo dia 29 de Setembro. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que iniciou por saudar o lançamento da obra da Escola de Hotelaria e Turismo de Santa Maria da Feira, dizendo ser um sinal positivo para a formação no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Em seguida, aludiu a um artigo publicado num jornal local, o Terras da Feira, referindo que, numa página interior sob o título Revisões, se diz que, apelando à sobrevivência da biodiversidade, as Ribeiras de Fiães têm sofrido uma reestruturação paisagística com a finalidade de criar condições para o reaparecimento e desenvolvimento de espécies animais e vegetais. Deu nota que o artigo continua, de uma forma muito positiva e real, dizendo que o correr do Rio Uíma torna-se o som de fundo que acompanha os visitantes. -----

Disse ter visitado aquele local, que o mesmo está muito bem tratado, mas que ia falar de um assunto que o deixa muito triste, que tem a ver com a nascente do Rio Uíma. -----

Salientou que o rio foi enterrado, foi abandonado, foi ferido, que o rio está a sofrer porque construíram a A32 por cima dele, porque destruíram dois moinhos e porque atulharam aquela zona com aterros. Disse que a ganância dos empreiteiros fez com que sentissem aquele local como um bom espaço para depositar milhões de metros cúbicos de terra, metendo milhares de euros aos bolsos, mas destruindo a nascente do Rio Uíma. -----

Nesse âmbito, referiu que não viu os serviços municipais a fazer o acompanhamento da obra, que ouviu as queixas que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros fez relacionado com o mau trabalho e com a má comunicação que existe entre os empreiteiros e as



populações, e que as subscreve, acrescentando uma outra preocupação relacionada com o regato. Disse que esse regato, que por várias vezes transbordou impedindo que se circulasse na estrada, deixou de existir, e que essa é uma outra preocupação. -----

Referiu que os maus tratos dados às estradas, a não reparação das mesmas, e o excesso de velocidade e demais perigos que têm assustado as pessoas daquele lugar, são motivos de preocupação que queria deixar à consideração da Câmara.-----

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que esteve presente na reunião referida pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros, tida com os técnicos da obra, referindo que esses técnicos deram o dito pelo não dito. Disse que não viu ninguém da Câmara presente nessa reunião, mas que também não sabia se a Câmara foi, ou não, convidada para estar presente. Frisou que os técnicos declararam, nessa reunião, uma intenção de obra e que, passados três dias, apresentaram outra solução, e que lhe parece ter havido pouca seriedade da parte desses técnicos. -----

Em seguida, chamou a atenção para a designação do nó de acesso, em Pigeiros, à auto-estrada, dizendo que o verdadeiro nome deve ser Pigeiros e nunca a ligação a Arouca, fazendo notar que a ligação existente, que fica a cerca de 2,5 a 3 km, é a ligação a São João da Madeira. Disse que é preciso ter cuidado porque pode, na designação do nó, aparecer a ligação a São João da Madeira, o que não se pretende. Frisou que o nó situa-se em Pigeiros, que os pigeirenses tem muito orgulho em pertencer a Santa Maria da Feira e querem que o nome de Pigeiros apareça na designação, e não a ligação a Arouca. Frisou que essa ligação a Arouca ainda nem existe e que vai demorar muito tempo a existir. -----

Pedi para que não se vendesse Pigeiros, fazendo sobressair que Pigeiros não serve só para o aterro sanitário e para o parque das sucatas, ressaltando que Pigeiros tem outros valores. -----

Em seguida, disse que iria abordar um ponto que lhe custava muito e que tem a ver com a forma deturpada como foi abordada a questão do funcionamento da EB1 da Igreja, na reunião de Câmara ocorrida no passado dia 20 do corrente mês de Setembro. -----

Referiu que não pretendia abordar, na presente sessão da Assembleia, o assunto, mas que se sentiu obrigado a fazê-lo dado ser parte envolvida e que, como tal, pretendia dar o exacto testemunho dos acontecimentos.-----

Relativamente a essa matéria, deu nota que as antigas instalações da EB1 da Igreja – Calvário, entraram em obras com a construção do Centro Escolar da Igreja, em 2008, e que, devido a



essas obras, os alunos foram instalados em salas modulares, ocupando o campo de jogos. -----
Referiu que essa situação provisória era para um prazo máximo de dois anos, que as questões foram sendo ultrapassadas mas que, entretanto, encontrando-se as obras paradas, se prevê que vão ser precisos, no mínimo, mais dois anos para a conclusão daquele centro escolar. -----
Fez sobressair que essa situação não teria solução mas que, entretanto, verificando-se o encerramento de outra escola EB1, ficaram livres várias salas de aula e, os pais, sentindo que era melhor as crianças terem aulas em salas normais do que em salas modulares, dirigiram-se à Direcção do Agrupamento e pediram, nessa medida, a intervenção deste. -----
Disse que as três salas que ficaram livres não chegam para as turmas todas, que são precisas mais duas salas, ou seja, que para fazer a vontade aos pais, aos professores, ao Conselho Pedagógico, a toda a comunidade escolar, bastava transferir duas salas modulares para o recreio da ex-EB1 das Vendas Novas. -----
Salientou que parecia uma questão simples mas que se tornou complicada, estranha e absurda, dizendo que só trazia resultados positivos para a autarquia. Referiu que a Câmara dispensava duas salas modulares e uma bateria de balneários, teria uma economia na ordem dos mil euros por mês, e teria o encargo único, na ordem dos seiscentos a setecentos euros, referente à transferência e instalação das duas salas modulares, frisando que a Câmara, num único mês, ultrapassava o investimento. -----
Prosseguiu dizendo que a Câmara vai ter que fazer obras na EB 2,3, que vai gastar mais dinheiro a fazer vedações e com os pisos, que essas despesas podiam ser evitadas, e que essa decisão da Câmara trouxe grande indignação. -----
Disse nunca pensar que uma medida de gestão desse tipo pudesse acontecer na Câmara de Santa Maria da Feira, e que o Sr. Presidente da mesma, que tem como sendo uma pessoa séria e rigorosa, permita que se façam gastos dispensáveis. -----
Referiu ter havido birra da Sr.^a Vereadora da Educação e do Sr. Presidente da Câmara, e que tais não respeitaram um órgão instituído que é a Direcção de uma escola, não respeitaram o Conselho Pedagógico, não respeitaram um Conselho Geral, não respeitaram os pais, não respeitaram os professores e opuseram-se à mudança de duas salas. -----
Considerou essa atitude como inaceitável, ainda mais quando há gastos evitáveis e tendo em conta os tempos de dificuldade que se atravessam. -----
Focou que essa posição acontece por birras, salientando que a Sra. Vereadora da Educação



levanta questões de funcionamento da escola mas que não se preocupou com o funcionamento das aulas em Sanguedo, na Columbófila, não se preocupou com as aulas a funcionar nas instalações da Ex-Junta de Freguesia, nem se preocupou com o funcionamento das aulas nas instalações dos Bombeiros Voluntários.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* solicitou ao membro António Cardoso para terminar a intervenção, uma vez já ter usado a palavra por nove minutos, ou seja, três vezes mais do que o tempo regimental a que tinha direito.-----

O membro *António Cardoso* retorquiu dizendo que se o Sr. Presidente da Assembleia entendesse que o assunto não era do interesse para o Concelho, e se entendesse que estava a ser incómodo para o Concelho ou para a Câmara, então que assumisse a responsabilidade e lhe cortasse a palavra.-----

Referiu que também esperou pelo Sr. Presidente da Assembleia para a reunião prévia que se realizou imediatamente antes da sessão e que, cumprindo as orientações, chegou às vinte horas e quinze minutos e que o Sr. Presidente da Assembleia ainda não tinha chegado, salientando que a reunião prévia começou já depois das vinte e uma horas mas que não teve culpa disso.-----

Concluiu a sua intervenção fazendo sobressair que entende ser inadmissível que a Câmara esteja a gastar dinheiro em coisas que podia evitar.-----

Usou da palavra a deputada municipal *Carla Adriana Pinto* (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Tendo lido na comunicação social que vários jovens do concelho esperam/esperaram mais de meio ano para receberem as bolsas de estudo atribuídas pela Câmara Municipal e que, por outro lado, tiveram dificuldade em receber informações após terem reclamado junto do Pelouro da Educação, pergunto:-----

Qual o ponto da situação relativamente ao pagamento destas bolsas de estudo?-----

De facto é lamentável que estas famílias, com comprovada carência económica, tenham que aguardar tanto tempo por algo a que legitimamente têm direito, ficando assim numa situação ainda mais difícil.-----



Na sequência deste assunto e da minha intervenção em Junho passado, gostaria igualmente que me informassem se já foram pagos os apoios para material escolar e livros para os alunos do 1.º ciclo relativos ao ano escolar anterior. -----

Por último, e tendo em consideração que o país atravessa uma situação económica difícil, gostaria de sugerir um projecto de recolha de livros. No fim de cada ano lectivo acumulam-se, em nossas casas, vários manuais que não serão mais utilizados. Porque não entregá-los, por exemplo, na Biblioteca Municipal de modo a serem disponibilizados, trocados por outros, ou vendidos a baixo preço no ano lectivo seguinte às famílias interessadas?-----

Seria uma maneira de ajudarmos a nossa “carteira” e o nosso ambiente, bem como de ensinarmos alguns valores aos nossos filhos. -----

Este é, aliás, um sistema utilizado, há muitos anos, em países ditos ricos!” -----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos, face às questões colocadas pelos membros da Assembleia. -----

Relativamente à questão levantada pelo membro Victor Neves, quanto à qualidade da água e dos fontanários, disse que já se falou, em anteriores sessões da Assembleia Municipal, a respeito do custo que essas análises representam e sobre o acréscimo de custos brutal que trouxe a alteração legislativa. Referiu ser sabido que a análise à água de um fontanário pode dar, hoje, como sendo de boa qualidade e, amanhã, a água estar com má qualidade e que por isso é que a Câmara investiu largos milhões de euros numa rede de abastecimento de água, para garantir a saúde pública e a qualidade da água.-----

Quanto à questão das águas pluviais da auto-estrada A32, colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros, disse ter incumbido um conjunto de técnicos da Câmara de receber os Presidentes de Junta, de ouvirem as questões que os mesmos têm a colocar para as reuniões tidas a respeito da A32 e das outras que, eventualmente, estejam em curso. Disse ter tomado essa iniciativa porque tem a noção que, muitas vezes, os empreiteiros usam de alguma habilidade e, num dia, dizem uma coisa e, no outro, dizem outra. Nessa medida, pediu que essas reuniões fossem sempre acompanhadas pelos técnicos da Câmara, para que se fique com a garantia de que o que é dito passe a escrito, para ser executado, caso contrário os empreiteiros abandonam a obra sem que isso aconteça.-----

Frisou que uma das grandes preocupações da Câmara tem a ver com a questão das águas



pluviais porque sabe que uma obra de tal envergadura vai ter um grande impacto na rede de drenagem, que estão em causa grandes captações de água superficiais que vão drenar com muita força nas linhas de água, e que podem causar alguns estragos.-----

Disse ser por essa razão que transmitiu aos Srs. Presidentes de Junta que comunicassem à Câmara alguma situação que, porventura, lhes causasse alguma apreensão, para que a Câmara a tentasse resolver com o empreiteiro da obra. -----

A respeito da questão do restabelecimento de alguns caminhos, disse que a Câmara terá de analisar melhor essa situação. -----

Passou, seguidamente, a responder às questões colocadas pelo membro Nuno Serrano. Sobre as questões relacionadas com o ensino pré-primário na SuilPark, disse não estar, para já, prevista a construção de nenhuma escola naquele lugar.-----

Quanto aos lanches escolares deu nota que, de facto, os lanches vão ser substituídos por fruta escolar, que está a decorrer o concurso para o seu fornecimento e que, a breve prazo, os lanches serão substituídos por fruta escolar. -----

A respeito dos centros escolares, disse que responderia às várias questões colocadas no âmbito dessa matéria, na sua globalidade. Frisou que a Câmara apostou fortemente na renovação do parque escolar concelhio, que foi muito ambiciosa, salientando que quinze centros escolares traduzem muita ambição e que representam muitos milhões de euros. -----

Referiu sentir-se particularmente satisfeito e orgulhoso com a gestão dessas obras, por já estarem cinco centros escolares a funcionar, convidando os membros da Assembleia a irem visitar essas novas escolas e perguntar aos alunos, aos pais e aos professores, como se sentem nas novas escolas. Deu ainda nota que estão em obra nove centros escolares e que espera que, dentro de um ano, ou um pouco mais do que isso, os mesmos estejam concluídos. -----

Relativamente ao Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua, frisou que está a ser desenvolvido o projecto em dois espaços, que se espera ter esse projecto concluído muito brevemente e que pensa que esse Centro vai ser mais um motivo de orgulho para os feirenses.

Quanto às questões levantadas pelo membro Rui Tavares, disse já ter respondido à relacionada com os lanches escolares. Relativamente às actividades extra-curriculares do pré-escolar, disse que as mesmas ainda não foram implementadas, que normalmente o são mais tarde. -----

Sobre as bolsas de estudo, informou que já se pagaram as do ano que estavam atrasadas e que



estão em análise as restantes.-----

A propósito das questões relacionadas com a A41, disse que pediria ao vereador José Manuel Oliveira, do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, que esclarecesse essa matéria.-----

Relativamente às questões colocadas pela deputada municipal Alexandra Sousa, sobre a Escola do Chão do Monte, disse pensar já estar concluída a parte que era destinada ao coberto das crianças, na traseira da escola, realçando que, entretanto, a DREN impôs que se mudasse a localização da biblioteca para a zona do coberto, ficando o espaço onde era a biblioteca para o polivalente, salientando que esse polivalente será, em tempo de chuva, destinado às actividades.-----

Referiu tratar-se de uma excelente escola, realçando que, de facto, ocorreu o problema do aquecimento, informando, a esse respeito, ter sido ele próprio a não autorizar a ligação do gás sem que houvesse garantias de segurança e sem que a respectiva vistoria tivesse sido feita. Referiu que foram tidos alguns problemas com o empreiteiro e que, perante essa situação, preferiu que as salas de aula não fossem tão quentes do que arriscar a segurança das crianças. Disse esperar que, no ano lectivo que se avizinha, não se volte a colocar esse problema.-----

Sobre a Escola EB1 n.º 2 de Santa Maria da Feira, disse haver a intenção de se construir uma sala polivalente, que ainda não houve essa possibilidade mas que, logo que seja possível, a mesma será concretizada.-----

Relativamente à questão do encerramento das grandes superfícies ao Domingo, colocada pela deputada municipal Lúcia Gomes, esclareceu que, de facto, está a ser concertada uma posição entre os municípios da Área Metropolitana do Porto, realçando que não faria sentido o Município de Santa Maria da Feira decidir abrir essas superfícies ao Domingo e o de Vila Nova de Gaia decidir fechar. Focou que terá que haver uma decisão concertada e que essa questão vai ser objecto de uma reunião específica entre os vereadores ligados a essa área, para decidir uma posição conjunta.-----

Ainda no âmbito dessa matéria, salientou que a abertura, ou não, ao Domingo, trata-se de uma falsa questão na medida em que as superfícies inferiores a 2.000 m² estão abertas ao Domingo, que os centros comerciais estão abertos ao Domingo, e que algumas das grandes superfícies, para contornarem essa proibição de abrirem ao Domingo, transformaram-se em duas ou três superfícies de 2.000 m².-----

Sobre as medidas da Câmara para apoio aos carenciados, disse serem várias as medidas,



ressaltando que, recentemente, foram apresentados mais alguns programas. Focou que a Câmara faz o que lhe é possível, que é da opinião que a mesma está a fazer um bom trabalho de apoio social às pessoas mais carenciadas e que essa até será uma das áreas em que o Município de Santa Maria da Feira se poderá orgulhar de estar na vanguarda do País. -----

Relativamente à posição da Câmara quanto ao pagamento das SCUT, frisou que essa posição já foi, oportunamente, transmitida. Ressaltou que, obviamente, ninguém gosta de pagar portagens, mas que a Câmara compreende a difícil situação financeira em que se encontra o País e, nessa medida, já disse entender que o Município de Santa Maria da Feira deve pagar quando todos os outros pagarem. -----

Referiu haver discriminação negativa da Região Norte, dizendo não fazer sentido que os municípios feirenses tenham de pagar portagem a partir do dia 15 de Outubro e que outras regiões só o comecem a fazer daqui por meio ano, dizendo, a esse respeito, ter muitas dúvidas de que o Governo cumpra com a palavra e faça com que esses municípios comecem a pagar dentro desse prazo. -----

Disse ser incompreensível que a isenção dos municípios abrangidos pela SCUT que serve Santa Maria da Feira, no caso, a da Costa da Prata, abranja uma distância até 10 km da via e, no Algarve, vá até aos municípios que integram a NUT abrangida, fazendo com que o município que se encontra mais longe da A25, a 160 km de distância, também tenha isenção. - Frisou tratar-se uma discriminação absolutamente incrível, para além do número de pórticos implementados. A respeito dos pórticos disse que, por acaso, o Concelho de Santa Maria da Feira nem está muito prejudicado porque o troço entre o Nó de Arcozelo e o de Santa Maria da Feira não é portajado, mas que há zonas no Grande Porto em que não há maneira de escapar aos pórticos, existindo situações em se paga um euro quer se percorra quinhentos metros ou se percorra 6 ou 7 km. -----

A respeito do convite para fazer parte de uma manifestação contra o Governo, disse que o facto é que houve um corte de cerca de 1 milhão de euros, que o Governo aumenta os impostos sobre as famílias dos portugueses que, depois, não conseguem investir, ficam com maiores carências, e que isso se reflecte nas finanças municipais. Lamentou que o País se encontre desse modo, referindo, contudo, que uma manifestação não resolve nada e que só participaria numa manifestação caso estivesse em perigo a Democracia. -----

Relativamente à Escola de Hotelaria e Turismo, falada pelo membro António Cardoso, disse



que a Câmara também se congratula por ter conseguido esse equipamento. Disse representar um grande esforço do município, que a Câmara cedeu o terreno, cedeu o projecto, e que entende que vai ser uma grande mais-valia para o concelho ainda mais porque se trata de uma área de actividade com uma empregabilidade da ordem dos 100%.-----

Ressaltou que a Câmara fez um grande esforço para manter a Escola de Hotelaria e Turismo no concelho de Santa Maria da Feira, fazendo sobressair que havia municípios vizinhos que tentaram ficar com esse equipamento. -----

No que respeita ao Rio Uíma referiu que, de facto, representa um património notável que tem de ser defendido, ressaltando que a intervenção inicial refere-se à bacia entre as freguesias de Lobão, Fiães e Sanguedo, também porque, em termos de orografia, apresenta condições muito favoráveis.-----

Quanto a eventuais problemas na nascente do Rio Uíma, disse que terão que ser averiguados, dando nota que a Câmara não tem de saber dessas intervenções porque as autorizações não são da sua responsabilidade, mas sim da ARH, mas que, apesar disso, a Câmara iria averiguar relativamente às obras mencionadas pelo membro António Cardoso. -----

Relativamente ao funcionamento da Escola EB1 da Igreja – Lourosa, focou que o membro António Cardoso aludiu a uma birra da Sr.^a Vereadora do Pelouro da Educação, aludiu a uma birra do Sr. Presidente da Câmara, mas que, nessa temática, acrescentaria a birra do membro António Cardoso. -----

Nesse âmbito, frisou que a DREN deu à Câmara essas indicações, e que é do entendimento que a abertura do ano escolar decorreu muito bem, com uma ou outra pequena situação num universo de perto de 200 escolas, e que pensa que todos devem estar satisfeitos por se ter conseguido uma excelente abertura do ano escolar. -----

Salientou, ainda, que nas questões de Educação, a grande preocupação da Câmara não é com as despesas e com os encargos, mas sim com as melhores condições de aprendizagem para os alunos. Sublinhou ter sido a própria DREN a pedir que os alunos se mantivessem no local onde estavam porque considera ser o melhor local, dizendo, a propósito dessa decisão, pensar que a mesma foi razoável. -----

Quanto à questão da deputada municipal Carla Adriana, quanto a se já foram pagos os apoios para o material escolar do ano passado, informou que dois terços já foram pagos e que a Câmara conta pagar o restante até ao final do mês de Novembro.-----



Concluiu pedindo ao vereador José Manuel Oliveira, do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, para esclarecer a situação relativamente à construção da A41.-----

Usou da palavra o Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, **José Manuel Oliveira** para, relativamente à situação da rua paralela à auto-estrada A41, em Argoncilhe, informar que a Câmara, de facto, solicitou à concessionária que essa rua não se limitasse a dar acesso à praça de portagens, mas que servisse a população e que fosse prolongada por uma extensão de cerca de cem metros, para fazer a ligação de dois lugares bem como permitir ligar Argoncilhe a Sanguedo. Disse haver uma proximidade muito forte entre essas duas freguesias e que essa solução as ligaria de uma forma muito eficaz.-----

Em relação à Rua das Forças Armadas, em Sanguedo, referiu que, efectivamente, há um conjunto de moradias em banda que estão a ser bastante afectadas pela construção da A41. ----
A esse respeito, lembrou que o traçado da A41 foi alterado na fase do projecto de execução, sublinhando que sempre que esteve em discussão o traçado da A41, quer nos estudos prévios, quer nos Estudos de Impacte Ambiental, a rua não passava naquele local. -----

Recordou, a esse propósito, que alguns munícipes inscreveram-se para intervir na Assembleia Municipal a solicitar essa alteração do traçado e, sobre isso, disse nunca ter acreditado que essa alteração viesse a acontecer mas que, de facto, aconteceu, levando a que as moradias em banda que se encontram no local estejam a ser bastante afectadas.-----

Sobre a acusação de que a Câmara terá licenciado essas casas mesmo encontrando-se dentro do corredor de protecção, disse não saber se as mesmas estariam dentro, ou não, desse corredor. Realçou, contudo, que várias situações são licenciadas mesmo encontrando-se dentro do corredor de protecção, mas que isso acontece sempre com o parecer favorável da entidade Estradas de Portugal. Fez sobressair que se a Estradas de Portugal emite parecer favorável a uma determinada construção é porque entende que a mesma não terá qualquer implicação no futuro. -----

Concluiu dizendo não ter presente se as moradias em causa estavam dentro do corredor de protecção, mas que sabe que no projecto inicial não estava prevista a situação que se encontra naquele local, e que é da opinião que as pessoas que compraram aquelas casas deviam pedir uma indemnização porque, de facto, estão a ser bastante lesadas.-----



Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) para realçar que a questão que colocou, na sua intervenção inicial, relativamente ao Centro de Artes de Rua, era saber qual a verba que já foi gasta desde que nasceu a ideia até ao projecto actual. -----

Usou da palavra o membro *Victor Neves* (PS), começando por dizer que qualquer pessoa de boa-fé admite que as águas nascentes são um meio a preservar, chamando a atenção para o facto de as garrafas de água disponibilizadas na presente sessão, das quais o Sr. Vice-Presidente da Câmara também estava a beber, dizem, no rótulo, água nascente e não diz água da companhia. -----

Quanto à questão da análise da água dos fontanários, sublinhou que a lei obriga a que sejam colocadas, nos mesmos, placas informativas à população, para que as pessoas saibam se a água é própria para consumo, não própria ou não aconselhada. -----

Quanto às verbas que são gastas nessas análises, disse que a Câmara não deve estar a olhar ao dinheiro que gasta tendo em conta a saúde pública. -----

Concluiu colocando uma pergunta de retórica ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, questionando se o mesmo bebe água da companhia. -----

Interveio, em seguida, o membro *António Cardoso* (PS) que começou por questionar a Câmara a respeito de qual a competência que a mesma entende ter para considerar que as aulas dentro de uma sala modular é melhor do que as aulas tidas numa sala normal. -----

Referiu que alunos estão a ter aulas em salas modulares quando as poderiam estar a ter numa sala normal, mas que isso foi impedido pela vontade da Câmara, ressaltando haver alunos que vão passar um ciclo de quatro anos dentro de uma sala modular e que isso, em termos de aprendizagem, não é nada recomendável. -----

Realçou que o Director Regional foi ao local e confirmou a vontade dos pais e que a escola onde pretendem que os seus filhos tenham as aulas é boa, mas que a Câmara não pretende mudar as salas modulares. -----

O membro António Cardoso prosseguiu dizendo que, perante isso, lançava um desafio à Câmara, no sentido de dar autorização para que a escola faça a transferência das duas salas modulares, referindo que com essa autorização se poupam milhares de euros à Câmara e que esta escusa de gastar dinheiro a fazer mais vedações e a fazer o levantamento dos pisos. Deu



nota que se a Câmara não quiser pagar os custos da transferência, que a escola suporta esses custos, ressaltando que, com 700 euros, a escola transfere as duas salas e satisfaz a vontade a 150 pais, ao Conselho Pedagógico, aos professores, e que essa não é uma birra dele – António Cardoso. -----

Fez sobressair que o Sr. Director Regional de Educação foi claro quando disse que teve que respeitar a legitimidade da Câmara e que não podia obrigar a Câmara a transferir as salas modulares.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* interrompeu o membro António Cardoso pedindo-lhe que terminasse a intervenção, dizendo ainda que o facto de ter chegado atrasado à reunião prévia, motivo pelo qual já tinha pedido desculpa, não dava o direito ao membro António Cardoso de abusar do tempo do uso da palavra, ao que o membro *António Cardoso* respondeu dizendo julgar que as pessoas já teriam percebido a situação, pelo que dava como encerrada a sua intervenção. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) para dizer que queria rebater o que foi dito pelo Sr. Vereador José Manuel Oliveira, a respeito da A41. -----

Referiu conhecer e ter em sua posse os projectos da A41, dizendo que o traçado que foi lançado a concurso para a A41 passava exactamente em cima do sítio onde estão implementadas as casas e que a alteração feita foi, precisamente, para desviar o traçado dessas mesmas casas. -----

Disse ser essa a única alteração que conhece relativamente ao traçado previsto no concurso inicial.-----

Concluiu deixando um desafio à Câmara, a respeito da questão da qualidade da água dos fontanários. Referiu tratar-se de uma questão de saúde pública e que se a Câmara, de facto, não quer precaver a saúde pública e não quer fazer análises às águas, então que assumo isso com frontalidade, que proceda ao encerramento desses fontanários, ficando assim o assunto arrumado. Desafiou a Câmara a ter essa frontalidade.-----

A deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) pediu a palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa, o que lhe foi concedido.-----



Referiu que o ponto de ordem é relativo à condução dos trabalhos, tendo em consideração algumas das declarações proferidas pelo membro António Cardoso, concretamente quando o mesmo fez alusão a alguns atrasos que ocorreram. Disse crer não ser adequado invocar atrasos das pessoas porque toda a gente se pode atrasar, que um atraso pode acontecer pelos mais variados motivos, e que um atraso não pode justificar o desrespeito pelo Regimento, nomeadamente quanto aos tempos de intervenção. Salientou que essas declarações a estavam a incomodar até porque o membro António Cardoso tem feito muita pressão no sentido de que os tempos de intervenção regimentais sejam alterados. -----

Apelou, por isso, ao esforço de todos os membros da Assembleia, no sentido de respeitar os tempos de intervenção regimentais e que, portanto, era esse o ponto de ordem que queria deixar à consideração da Mesa da Assembleia.-----

O membro *António Cardoso* (PS) pediu a palavra por ter sido visado na intervenção feita pela deputada municipal Lúcia Gomes, o que lhe foi concedido. -----

Referiu que não estava muito de acordo com a intervenção da Lúcia Gomes porque o grupo municipal do PS tem a sua representatividade na Assembleia e que essa representatividade tem de ser respeitada. Lamentou, ainda, que esteja a ser constantemente interrompido nas intervenções que faz, dizendo achar isso muito deselegante.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o incidente, passando a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que o mesmo respondesse, brevemente, ao novo ciclo de pedidos de esclarecimentos complementares, feitos pelos membros da Assembleia.-----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara* que começou por, relativamente à questão colocada pelo membro Nuno Serrano, a respeito das verbas já gastas no Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua, dizer não poder precisar um valor, referindo já terem sido gastas verbas quer na elaboração do programa preliminar para o projecto, quer na própria candidatura. Referiu tratar-se de um trabalho que já leva cerca de 2 anos desde a apresentação da candidatura, sublinhando que uma candidatura desse cariz, a fundos comunitários, envolve muito trabalho, estudos económicos, projectos, reuniões entre muita gente, no sentido de se estudar como conseguir ganhar o concurso.-----



Fez sobressair que, só na região norte, foram apresentadas trinta candidaturas e que a candidatura apresentada pelo Município de Santa Maria da Feira foi, segundo tinha em mente, uma das cinco pré-seleccionadas. Adiantou, sem precisar, que a verba gasta rondará os 30 a 35 mil euros. -----

Relativamente à intervenção do membro Victor Neves, sobre as águas nascentes serem um bem a preservar, disse que não poderia estar mais de acordo, e que tirava o chapéu ao membro Victor Neves por ter descoberto essa situação. Referiu ser precisamente para preservar as águas de nascente que estão a ser gastos 100 milhões de euros no saneamento. -----

Fez notar que qualquer pessoa sabe que a água da torneira é a melhor para se beber informando que na Câmara, inclusivamente, já foram retiradas as máquinas de água engarrafada porque não havia garantia de qualidade, porque muita gente dizia que a água não era de qualidade, porque às vezes a água ficava nos garrafões alguns dias e não se sabia exactamente o que se estava a beber.-----

Disse que muita gente bebe água da torneira, que ele próprio também a bebe, e que apesar de ser verdade que estava a beber da água engarrafada, iria sugerir que, na próxima sessão da Assembleia, fossem disponibilizadas garrafas de água da torneira e copos, frisando que essa água é muito mais segura para a saúde pública. -----

Referiu discordar com a afirmação do membro Victor Neves de que a Câmara não deve olhar às verbas que gasta, sublinhando ser da opinião de que a Câmara tem que olhar muito bem para as verbas que gasta por estar em causa os impostos dos portugueses e dos feirenses. -----

Relativamente à intervenção do membro António Cardoso, disse considerá-lo um amigo há muitos anos mas que pensa que, na questão em causa, o mesmo está a perder o senso e o bom senso.-----

Concluiu dizendo, a esse propósito, entender que não vale a pena estar-se a entrar quase num diálogo de A contra B, que essa é uma situação profissional que entende dever ser tratada noutra instância, noutra momento, noutra local, e não na Assembleia Municipal.-----

Entretanto, haviam chegado à sessão os membros Adriano Serafim Resende Martins, José Carlos Baptista Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, Manuel Joaquim Baptista Cardoso – Presidente da Junta de Freguesia de Gião, Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, e Firmino Gomes da



Costa – Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão.-----
Saíram os membros Manuel da Mota Pinho e Dário Soares de Matos – Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana.-----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”-----

1 – Pedido de Suspensão do Mandato do Membro Leandro José Dias dos Reis-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do requerimento remetido à Mesa pelo membro Leandro Reis (do grupo municipal do PS), registado na Secção de Expediente e Arquivo sob o n.º 13.141, em 01 de Julho de 2010, documento esse distribuído, atempadamente, pelos membros da Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, estando presentes 59 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar a suspensão do mandato do membro Leandro José Dias dos Reis, até ao dia 30 de Abril de 2011. -----

Saiu o membro Marco Jesus.-----

2 – Acta N.º 6 – Sessão Extraordinária de 02 de Junho de 2010-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a acta supra-identificada, que lhes fora previamente enviada. -----

Uma vez que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da mesma, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 56 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções, aprovar a Acta n.º 6 referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 02 de Junho de 2010.-----

3 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do IV



Relatório de 2010, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a actividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 17 de Setembro de 2010, documento atempadamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento do assunto.-----

4 – Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal-----

Relativamente a este assunto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que o mesmo é retirado da Ordem do Dia por decisão da Mesa, com o consenso dos líderes dos grupos municipais, visto não se ter logrado chegar, por circunstâncias várias, a um texto final do Regimento. Deu nota que o assunto será retomado na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

Reentrou o membro Marco Jesus. Saíram os membros Telmo Gomes, Idalina Abreu, Luís André Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, e Armando Teixeira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa. -----

5 – Recuperação das Pedreiras de Lourosa-----

- Criação de Comissão (Artigo 15.º, n.º 2, do Regimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 15.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia Municipal, no seguimento do ofício remetido à Mesa pelo membro Victor Neves, registado na Secção de Expediente e Arquivo sob o n.º 13.289, em 05 de Julho de 2010, documento esse entretanto enviado atempadamente a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Passou, em seguida, a palavra ao membro Victor Neves, como autor do pedido de agendamento. -----



Interveio o membro **Victor Neves** (PS), que iniciou por dizer que o pedido de agendamento que efectuou vem na sequência da intervenção que fez na última sessão da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 30 de Junho, onde, a dado momento, propôs o que seguidamente passou a ler, e que se passa a citar:-----

“Proponho que seja criada uma Comissão de Acompanhamento para a implementação de todo o projecto a ser implantado nas pedreiras, comissão essa composta por um ou mais representantes da Câmara, pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Dr. Sérgio Ribeiro e por um representante de cada força política representada nesta Assembleia Municipal.” -----

Em seguida, e na sequência dessa intervenção efectuada na sessão de 30 de Junho passado, passou a ler documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“RECUPERAÇÃO DAS PEDREIRAS DE LOUROSA -----

Na sequência da Assembleia de 30/06/2010 a qual motivou o meu pedido de agendamento, propondo a criação de uma Comissão de acompanhamento para a implementação de todo o projecto que envolve a referida recuperação das pedreiras de Lourosa. -----

O motivo de tal proposta, é ter em linha de conta a delicadeza da questão em si.-----

É óbvio que a proposta de criação de tal comissão, visa para além do mais o acompanhamento e fiscalização rigorosa na implementação de tudo o que a Câmara pensa implantar naquele espaço, tendo precisamente em linha de conta como atrás refiro, a delicadeza da questão em si, de modo a que sejam acautelados, salvaguardados, todos os aspectos que possam vir ao de cima no que concerne à prevenção da saúde pública.-----

Dado que no passado não foram tomadas as devidas providências, no acautelar, prevenir, para que no presente não se estivesse a braços com tal situação, sugiro, seja tida em linha de conta no presente tal preocupação.” -----

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) para dizer que a sua intervenção é no sentido de saudar a proposta do membro Victor Neves, referindo que a mesma vem em boa hora. Frisou tratar-se de um tema que a CDU tem tratado frequentemente e que, entendendo a CDU ser uma solução adequada e concordando inteiramente com a proposta que foi apresentada, a votaria favoravelmente. -----



Interveio o membro *António Topa* (PSD) que começou por dizer concordar com a criação, pela Assembleia Municipal, de uma comissão para acompanhar o processo da recuperação das Pedreiras de Lourosa.-----

A esse propósito referiu que queria dar uma saudação muito especial ao trabalho desenvolvido pela Liga Operária Católica (LOC), na defesa das Pedreiras de Lourosa, inclusivamente junto da União Europeia, achando que esse trabalho foi extremamente importante. -----

Em seguida, e relativamente à composição de qualquer comissão criada pela Assembleia, disse que, nos termos do Regimento, deve existir uma proporcionalidade em função da representatividade de cada grupo municipal na composição da própria Assembleia Municipal.

Salientou estar de acordo com a proposta da constituição da comissão mas que entende que uma comissão constituída pela Assembleia Municipal não deve ter, na sua composição, membros da Câmara Municipal, sublinhando que o Regimento diz claramente que uma comissão criada pela Assembleia tem de ser constituída por membros da Assembleia Municipal.-----

Nessa medida, disse que apresentava uma proposta alternativa de composição da comissão, no sentido de que o PSD tivesse três membros na comissão, o PS tivesse dois, e que cada um dos restantes partidos com representatividade na Assembleia – CDS/PP, BE e CDU – tivessem um membro na comissão.-----

Deu nota que, a ser desse modo, o grupo municipal do PSD indica, para integrar a comissão, o Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa – Sérgio Ribeiro, e os membros António Domingues Pereira e José Manuel Leão.-----

Concluiu dizendo que era essa a proposta que deixava à consideração, com base no Regimento da Assembleia Municipal.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* mencionou que o membro António Topa tinha razão, ou seja, que nos termos do Regimento, as comissões devem ser constituídas só por membros da Assembleia.-----

Referiu que, se bem entendeu, o que o membro António Topa propõe é uma emenda à proposta do membro Victor Neves, no sentido de integrarem a comissão o Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, dois membros do PSD, dois membros do PS e um membro dos restantes grupos municipais – CDS/PP, BE e CDU.-----



Confirmando ser essa a proposta do membro António Topa, o Sr. Presidente da Assembleia questionou ao membro Victor Neves se estava de acordo com a alteração, tendo o membro Victor Neves manifestado concordância.-----

A deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) usou da palavra dizendo que, pelo que entendeu, o que está a ser proposto não é uma comissão eventual nos termos do Regimento e, nessa medida, e concordando com a proposta feita a respeito da representatividade, questionou se essa representatividade pode ser através de um elemento indicado pela força política ou se tem que ser um membro da Assembleia Municipal. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* esclareceu que o que consta da proposta do membro Victor Neves é um representante da força política e que, portanto, será isso o votado.-----

Disse entender que o melhor proceder é a Assembleia votar a composição da comissão e, oportunamente, cada grupo municipal comunicar à Mesa as pessoas que indica para constituir a comissão.-----

Sublinhou então, que segundo o acordado, a comissão será constituída pelo Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa e por mais dois representantes do PSD, dois representantes do PS e um representante de cada um dos restantes partidos que integram a Assembleia Municipal, nomeadamente, o CDS-PP, o BE e a CDU.-----

O membro *Nuno Serrano* (BE) usou da palavra dizendo que o Bloco de Esquerda é receptivo à criação da comissão, mas que lamenta que outras já aprovadas pela Assembleia ainda não tenham visto a luz do dia.-----

Disse também não compreender o porquê de o PSD fazer finca-pé a respeito da representatividade na comissão ser proporcional à da composição da Assembleia, questionando se isso seria por o PSD recear que a comissão descubra que a solução proposta para as Pedreiras de Lourosa é a pior para resolver o problema.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* disse não ser pertinente entrar na discussão dessa matéria, submetendo a criação da comissão, nos termos anteriormente falados, a votação.-----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 54 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção, aprovar a criação de uma Comissão de Acompanhamento à recuperação das Pedreiras de Lourosa, a ser constituída pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, por 2 representantes do PSD, 2 representantes do PS, 1 representante do CDS-PP, 1 representante do BE e 1 representante da CDU, indicados pelos respectivos grupos municipais.-----

Reentraram os membros Telmo Gomes, Idalina Abreu, Luís André Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, e Armando Teixeira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa. Saíram os membros Mário Jorge Reis – Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, e Francisco Camilo Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas.-----

6 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2011 -----

7 – Derrama a cobrar no ano de 2011 -----

8 – Participação do IRS de 2011 (a receber em 2012)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu os pontos em epígrafe, salientando que, dada a natureza dos mesmos, os submeteria a discussão conjunta e, depois, naturalmente, a votação se faria separadamente.-----

Passou, em seguida, a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das respectivas deliberações camarárias – de 20 de Setembro de 2010 – deliberações essas entretanto enviadas, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas.-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por pedir uns segundos para dizer que queria apresentar as suas desculpas pelos excessos que cometeu no Período de Antes da Ordem do Dia. Disse achar que todos devem contribuir para elevar a dignidade da Assembleia mas que, dado tratar-se de uma matéria que vive com paixão e por a mesma mexer com a



Educação, cometeu alguns excessos, motivo pelo qual pediu desculpas e a compreensão de todos.-----

Seguidamente passou a aludir aos assuntos em discussão – o IMI, a Derrama e a Participação do IRS – salientando que a posição do PS, quanto a essas matérias, é muito clara. A esse respeito, frisou que o PS, na Câmara, manifestou a sua posição e que o grupo municipal do PS, na Assembleia, subscreve essa posição porque entende que os efeitos da aplicação das taxas máximas em tudo o que é de cobrar pode, por vezes, ter um efeito psicológico pouco simpático, principalmente para com a motivação dos empresários. Salientou que os empresários podiam sentir alguma confiança e alguma disponibilidade da Câmara se houvesse uns pequenos ajustes nas taxas a cobrar. -----

Focou que o PS entende que a Derrama devia ser, de uma forma pouco mais do que simbólica, reduzida, e que o mesmo se aplica ao IMI, salientando que o PS sabe que o novo regime do IMI tem sido muito violento para com os contribuintes. -----

Quanto à Participação no IRS disse que, aí sim, o PS entende que deve ser cobrada a taxa que é proposta pela Câmara, frisando tratar-se de uma fonte de receita num momento difícil para a autarquia, principalmente na parte da acção social.-----

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) que começou por, relativamente à Derrama, dizer que defendeu e que continua a defender que devia ser dado um sinal aos empresários e às grandes empresas, no sentido de que se pretende a instalação do maior número de empresas no concelho de Santa Maria da Feira.-----

Salientou que quando se fala da Derrama está-se a falar de grandes empresas, frisando que essas empresas, quando escolhem um local para se instalarem, levam em linha de conta, entre outras coisas, o valor da Derrama, sublinhando que algumas delas até pedem isenções de certos impostos. -----

Salientou que o Concelho de Santa Maria da Feira tem, sem margem de dúvida, a maior percentagem de área industrial vazia da Região Norte, dizendo que se percorrer as áreas industriais que conhece, da Região Norte, não consegue encontrar um tal número expressivo de disponibilidade de terrenos como em Santa Maria da Feira, lembrando ainda estar em preparação o Parque Empresarial da Cortiça (PEC) e o Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais (PERM), e que esses aumentarão essa disponibilidade.-----



Disse que a pretensão é que as empresas venham para Santa Maria da Feira mas que, para isso acontecer, é preciso dar-lhes o sinal de que o Município de Santa Maria da Feira está disposto a dar qualquer coisa em troca.-----

Salientou que uma diminuição da Derrama de 1,5% para, por exemplo, 1,3%, representaria, tendo em conta os valores da Derrama do ano de 2009, uma diminuição de cerca de 450.000,00 € na receita da Câmara, referindo que, curiosamente, essa receita subiu de forma muito considerável relativamente ao ano de 2008.-----

Sublinhou saber que a conjuntura económica não é a mesma, mas que a diminuição que exemplificou não implicaria uma receita da Derrama abaixo dos níveis verificados em 2008 e que, ao mesmo tempo, era um sinal que era dado.-----

Frisou que não sendo muito significativo, era um sinal, realçando que a vinda de empresas produz emprego, produz rendimentos para as pessoas, que as pessoas depois passam a gastar mais e que, desse modo, se começa a reactivar a economia.-----

Prosseguiu dizendo que é muito fácil dizer que o Governo está a penalizar as empresas com muitos impostos e, depois, quando chega a hora da Câmara também poder dar um sinal, não o dar, fazendo aplicar as taxas máximas em todos impostos que tem disponível.-----

Relativamente ao IMI, disse que a respectiva receita tem sofrido algumas variações em função da aplicação do novo sistema e do antigo sistema, e que houve uma diminuição do valor cobrado de IMI, de 2008 para 2009.-----

Salientou que essa diminuição terá ocorrido, segundo disse julgar, devido a ter havido um abaixamento da taxa, mas que pensa que, tendo em conta o maior número de edifícios construídos, essa receita terá, no corrente ano, tendência a aumentar.-----

Concluiu dizendo que, nessa medida, podia ser pensada uma diminuição da taxa do IMI de forma a não comprometer, pelo menos, a receita arrecadada no ano transacto e, dessa forma, dar mais um sinal de que o Concelho de Santa Maria da Feira quer atrair, para si, mais pessoas e mais investimento.-----

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) que começou por, relativamente ao IRS, dizer que se regista como positiva a alteração da posição de voto do PS e que, portanto, não seria necessário repetir a discussão sobre como a receita do IRS afecta, essencialmente, aqueles que mais recebem.-----



Frisou que a Câmara continua sem providenciar elementos que seriam fundamentais para a Assembleia se pronunciar, dizendo que a Câmara o vem fazendo desde há três anos, ou seja, que não disponibiliza o total da receita arrecadada, em termos de IRS. -----

A esse propósito referiu que, no primeiro ano, a justificação dada pela Câmara foi que as Finanças não forneciam essa informação. Sobre essa justificação, sublinhou que, entretanto, todos os outros municípios conseguiram essa informação, e que a CDU continua sem obter qualquer resposta em relação à questão da receita arrecadada pelo Município de Santa Maria da Feira em termos de IRS. -----

Fez notar que, de qualquer das formas, a CDU está de acordo com a participação de 5% sobre o IRS uma vez saber que os municípios, neste momento, com todos os cortes que têm sido aplicados, começando pela Lei das Finanças Locais, não se podem dar ao luxo de perder, também, essa receita. -----

Relativamente à Derrama disse que, sendo ela sobre o lucro tributável, a CDU está de acordo com a aplicação da taxa máxima, pelo que votaria favoravelmente. -----

Prosseguiu a sua intervenção aludindo ao IMI, dizendo que, aí, a CDU acompanha a proposta apresentada pelo PS na reunião de Câmara, uma vez o IMI incidir directamente sobre os contribuintes e traduzir um grande custo para os mesmos. -----

A propósito, salientou que um estudo do INE sobre o Poder de Compra Per Capita dá nota que o indicador Per Capita do Município de Santa Maria da Feira, de 79,35, está muitíssimo abaixo da Região Norte, de 86,24, que está abaixo da Região de Entre Douro e Vouga, que está abaixo do Continente que tem um indicador de 100,51, que está abaixo do País, com o indicador 100, e que está abaixo do Baixo Vouga, com o indicador de 86,81. -----

Referiu acreditar que a baixa operada em anos anteriores, relativamente ao IMI, não foi operada por via da Câmara, mas sim por via de alteração legislativa, e que um abaixamento seria um sinal dado pela Câmara tendo em conta o pouco rendimento que as famílias hoje têm, nomeadamente os jovens. Fez sobressair que os jovens cada vez entram com mais precariedade no mundo do trabalho e que, portanto, mesmo que queiram adquirir casa têm muitas dificuldades em conseguir fazê-lo e que a taxa do IMI é, de facto, um encargo muito pesado sobre as famílias, nomeadamente sobre os jovens que se querem sediar no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Disse crer que um abaixamento do IMI será, também, uma prioridade da Câmara com vista a



atrair jovens e atrair trabalhadores para o concelho. -----
Concluiu salientando que, nesse sentido, a CDU não entende porque é que, em nenhum momento, uma baixa da taxa do IMI foi aplicada pela Câmara, sublinhando que esse abaixamento só se iria repercutir daqui a vários anos no Orçamento da Câmara e que, entretanto, se espera que a situação económica melhore. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer fazer todo o sentido que os três assuntos fossem discutidos conjuntamente porque, apesar de serem impostos que incidem sobre vertentes bastante distintas, representam receitas para a Câmara. -----

Focou que a questão central tem a ver com a forma de financiamento das autarquias e que é isso que o BE tem vindo a dizer sempre que tais matérias são discutidas na Assembleia Municipal. -----

Relativamente à questão do IMI, disse não se poder esquecer que, sendo uma das maiores fontes de receita das Câmaras, foi o que levou ao caos urbanístico que existe no concelho de Santa Maria da Feira e no País, e que levou aos crimes ambientais e urbanísticos que foram cometidos. -----

Referiu ser por essa razão que o BE iria votar contra o assunto referente ao IMI, e também porque entende que Câmara deveria penalizar quem mais tem, ou seja, que se deveria baixar o IMI para os imóveis de primeira habitação e que se deveria majorar a incidência sobre os imóveis degradados, devolutos e os que são de segunda habitação, frisando que isso é que traria justiça social. -----

Em relação à Derrama, disse ser óbvio que se deve taxar o valor máximo a quem tem lucro, mas que não pode ser esquecida a forma como é feita a contabilidade nas empresas, sublinhando que quem tem lucros gigantescos, face às diversas legislações e ao planeamento fiscal, nunca apresenta lucro. -----

Disse ser nessa medida que o BE propõe que a taxa seja diferenciada consoante o volume de negócios, ou seja, que quem tivesse um volume de negócios abaixo de 150.000 euros pagasse 1% de Derrama, e os restantes pagassem a taxa máxima. -----

Relativamente a se ter falado, quanto à Derrama, da atractividade de novos investimentos, disse ser esse o jogo de todos os governos, sejam do PSD, CDS-PP ou do PS, que é tentar passar o ónus de não haver investimentos em alguns locais para as Câmaras, acusando as



mesmas de não serem atractivas. Sobre isso, sublinhou ser obrigação do Governo Central planear o desenvolvimento do País. -----

Relativamente ao IRS, disse não fazer qualquer sentido que seja da competência das Câmaras Municipais fixar a participação, frisando que esse imposto devia ser tributado, única e exclusivamente, pelo Estado Central. -----

Concluiu dizendo, a propósito da diminuição de receitas pela via da cobrança dos três impostos em referência, que o Sr. Vice-Presidente da Câmara deveria, se calhar, dar uma palavra aos dirigentes do partido que integra, o PSD, ressaltando que foi esse partido que fez passar os Programas de Estabilidade e Crescimento 1 e 2, bem como os diversos Orçamentos de Estado e que, certamente, também fará aprovar o Orçamento de Estado para 2011. -----

Interveio o membro **Fernando Moreira** – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD), que começou por dizer que todos os anos, aquando da discussão das matérias em causa, o mesmo problema vem à baila, ressaltando que existem sempre dois pontos de vista, o de quem paga e o de quem recebe. Referiu que, para quem paga, por muito pouco que pague é sempre muito, fazendo sobressair que, para a maioria das pessoas e designadamente para os feirenses, custou muito ter uma habitação própria. Frisou, contudo, que o que estava em análise era o problema das receitas do município. -----

Disse que o membro Nuno Serrano falou num problema que tem alguma lógica, que é o problema do financiamento dos municípios, mas que esse problema não tem propriamente a ver com o IMI, mas sim com as quebras terríveis das receitas provenientes das taxas. -----

Sublinhou que as receitas dos municípios estão, em todos os níveis, a baixar fortemente, aludindo à informação distribuída sobre a Situação Financeira do Município para ressaltar que, de 2008 para 2009, a receita do IMI já baixou e que a taxa ainda era de 0,5%. Frisou que o abaixamento da taxa, de 0,5% para 0,4%, apesar de ter sido aprovada para 2009, só se reflectirá na receita de 2010. -----

Focou que as alterações que o IMI tem sucessivamente sofrido têm distorcido tudo, dando como exemplo o facto de ter deixado de ser obrigatória a avaliação nas primeiras transmissões “causa mortis” e que isso, embora não parecendo, representa um golpe muito grande na receita. -----

Ressaltou que, para além da taxa ter baixado de 0,5% para 0,4%, também entraram em



funcionamento, em 2009, os novos coeficientes de localização dizendo que esses, de uma maneira geral, baixaram em todo o País, implicando que o valor da avaliação dos imóveis seja menor.-----

Salientou que, além disso, a lei permite que, de três em três anos, as pessoas possam pedir a reavaliação da sua casa caso entendam que a mesma está avaliada com um valor exagerado, fazendo notar que, normalmente, esse pedido leva a um abaixamento do valor da avaliação. --- Prosseguiu dizendo que, na sua perspectiva, as razões que mencionou levam a que as receitas do IMI, da mesma forma que subiram, baixem ou estabilizem, ressaltando que a tendência será para baixar. -----

Fez notar que a receita do IMT caiu, de 2008 para 2009, em cerca de metade, de cerca de seis milhões e duzentos mil euros para três milhões e seiscentos mil euros, dizendo ser com base nesse raciocínio que se tem de votar as taxas propostas.-----

Salientou, ainda, que uma descida da taxa do IMI de 0,4% para 0,35% representaria um decréscimo da receita de 12,5%, dizendo ser significativo para quem já recebe pouco e para quem tem encargos fortes, como os referentes ao apoio social. Salientou que esse apoio social vai exigir um esforço muito grande por parte da Câmara, que espera que não seja assim porque seria um bom sinal, mas que entende que esse apoio vai ser necessário. Sublinhou que, para além disso, existem dois investimentos muito fortes por parte da Câmara, nomeadamente, o saneamento e o parque escolar, focando que esses vão consumir largos recursos da Câmara. -----

Nessa medida disse que, embora fosse muito simpático se poder anunciar uma descida das taxas isso seria, nesta fase, uma má administração.-----

Referiu que quem compra a primeira casa está isento nos primeiros oito anos e que, aí, não se coloca o problema do pagamento de IMI, dizendo esperar que, daqui por oito anos, a situação esteja significativamente melhor.-----

A propósito da Derrama, frisou que os empresários que vão investir milhões não vão estar a olhar se têm mais uns cêntimos de desconto, ou não. Focou que a Derrama incide sobre os lucros e que, tal como acontece com a Participação no IRS em que quem paga mais é quem iria mais beneficiar com uma redução da taxa e que, portanto, entende que não devia haver esse benefício nesta fase, também considera que as empresas que têm lucros devem, neste momento difícil que o País atravessa, colaborar.-----



Concluiu dizendo que, pelas razões mencionadas, o grupo municipal do PSD entende que se há anos em que se justifica a aplicação das taxas máximas, é o presente ano.-----

O membro **Rui Tavares** (CDS-PP) pediu novamente a palavra para mencionar que, possivelmente, teria cometido um erro na sua intervenção anterior. Realçou ter efectuado essa intervenção baseada no Quadro I, referente à Análise da Receita, da Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município que foi distribuída aos membros da Assembleia – a propósito do ponto n.º 3 da Ordem do Dia – mas que ao olhar para a acta da reunião de Câmara constatou que os valores da receita da Derrama não coincidem, de forma alguma.-----

Disse que, pelo que está na acta da Câmara, a receita da Derrama, de 2008 para 2009, até baixou, enquanto no Quadro I da Informação, nesse mesmo período, aumentou e muito. Concluiu dizendo não perceber essa contradição.-----

Usou da palavra o Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, **Celestino Portela**, para esclarecer que houve um valor de cerca de 650 mil euros que entrou na Câmara em 29 de Dezembro de 2008 mas que só foi contabilizado, na Câmara, em Janeiro de 2009. Ressaltou que isso aconteceu porque no dia 30 e 31 de Dezembro de 2008 a Câmara esteve encerrada mas que, para as contas do Estado, essa transferência foi efectuada em 2008.-----

Referiu que esse valor empolou a receita da Derrama de 2008, realçando que essa receita é de cerca de 2 milhões e 400 mil euros mas que há um mapa que diz que é de 3 milhões e 87 mil euros, focando que essa diferença se deve ao que explicou.-----

Seguidamente, e uma vez que o Sr. Vice-Presidente da Câmara prescindiu de usar novamente da palavra a respeito das matérias em causa, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu, separadamente, os assuntos a votação.-----

6 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2011:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor, 15 votos contra, e 1 abstenção, fixar, nos termos da alínea b) e c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na sua redacção actual, sob proposta da



Câmara, as seguintes taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2011:---

- Prédios Urbanos: 0,7%; -----

- Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,4%. -----

7 – *Derrama a cobrar no ano de 2011:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor, 14 votos contra, e 1 abstenção, nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, autorizar a Câmara Municipal a lançar uma Derrama, a cobrar no ano de 2011, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas. -----

8 – *Participação do IRS de 2011 (a receber em 2012):*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 56 votos a favor, 1 voto contra, e 0 abstenções, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, autorizar a Câmara Municipal a fixar uma participação de 5% sobre o IRS de 2011 dos sujeitos passivos, com domínio fiscal na sua circunscrição territorial. -----

Saíram os membros Jorge Manuel Silva, Alexandra Patrícia Sousa, Manuel Baptista Cardoso – Presidente da Junta de Freguesia de Gião, e José Fernandes Leite – Presidente da Junta de Freguesia de Sanfins.-----

9 – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 20 de Setembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor, 3 votos contra, e 13 abstenções, aprovar o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira na sua versão definitiva – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

O membro *Nuno Serrano* (BE) apresentou à Mesa, por escrito, uma declaração de voto cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Votamos contra porque não podemos concordar e aceitar pagar mais por serviços que esta Autarquia tem entregue a privados, cuja base da sua existência é o lucro, serviços que devem estar na esfera do domínio público, como por exemplo a recolha dos resíduos urbanos, rede de saneamento e distribuição de água.-----

E porque o aumento destas taxas não irá trazer uma melhoria dos serviços prestados à população, tendo-se vindo a verificar precisamente o contrário em diversas áreas. -----

Para o Bloco de Esquerda, faz todo o sentido cada vez mais, voltar a chamar ao domínio público alguns dos serviços que dele já fizeram parte, pelo simples propósito de melhor servir a população.” -----

10 – Proposta de Alteração ao Regulamento das Zonas Industriais (deliberação da Assembleia de 30/06/2010) - para conhecimento-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, nos termos constantes da deliberação camarária de 12 de Julho de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Informou tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento desta, questionando se algum dos Srs. deputados municipais pretendia usar da palavra para pedir algum esclarecimento à Câmara, não tendo havido solicitações nesse sentido. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do assunto, ou seja, tomou conhecimento da deliberação camarária de 12 de Julho de 2010 em que a Câmara aceitou a sugestão da Assembleia Municipal, aprovada na sessão ordinária de 30 de Junho de 2010, no âmbito do assunto supra-identificado. -----



11 – Implementação de Sistemas de Gestão de Qualidade-----

- Ratificação da assunção da despesa para 2011-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, nos termos constantes da deliberação camarária de 12 de Julho de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção, ratificar a assunção da despesa para 2011, respeitante ao processo de implementação supra-identificado, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 12 de Julho de 2010. -----

12 – Eixo das Cortiças – Parcela n.º 23-----

- Alteração do Contrato-Promessa de Compra e Venda entre Isaque Pinho da Rocha e a Câmara Municipal / Ratificação da assunção da despesa para 2012-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, nos termos constantes da deliberação camarária de 26 de Julho de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções, ratificar a assunção da despesa para 2012, respeitante à alteração do Contrato-Promessa supra-identificado, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 26 de Julho de 2010. -----

13 – Estação Elevatória de Vila Maior / Contrato-Promessa de Compra e Venda celebrado com Pedro Miguel Marques Dias-----

- Ratificação da assunção da despesa para 2011-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, nos termos constantes da



deliberação camarária de 09 de Agosto de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções, ratificar a assunção da despesa para 2011, respeitante ao Contrato-Promessa supra-identificado, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 09 de Agosto de 2010. -----

**14 – Empreitada de “Construção do Centro Escolar de Valrico – São Miguel de Souto” --
- Ratificação da repartição de encargos -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, nos termos constantes da deliberação camarária de 09 de Agosto de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, estando presentes 53 dos 64 membros que compõem este Órgão, ratificar a repartição de encargos para os anos de 2010 e 2011, respeitante à empreitada supra-identificada, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 09 de Agosto de 2010. -----

15 – Proposta de alteração da sinalização de trânsito e regimes de circulação nos arruamentos do centro cívico da freguesia de Escapães -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 20 de Setembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a



todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Foi, atempadamente, distribuído aos membros da Assembleia Municipal a proposta da Junta de Freguesia de Escapães, remetida por ofício registado na Secção de Expediente e Arquivo sob o n.º 6828, em 13 de Abril de 2010, o respectivo levantamento de sinais necessários, bem como a peça desenhada – documentos a que se faz menção na deliberação camarária supra-identificada e cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção, aprovar a proposta de alteração da sinalização de trânsito e regimes de circulação nos arruamentos do centro cívico da freguesia de Escapães, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 20 de Setembro de 2010. -----

16 – Prorrogação das medidas preventivas e suspensão parcial do PDM em vigor, para implementação do PEC e PERM-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 20 de Setembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

O membro *António Cardoso* (PS) solicitou que a votação respeitante ao Parque Empresarial da Cortiça (PEC) fosse separada da do Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais (PERM), tendo o *Sr. Presidente da Assembleia* dito que não via nenhuma objecção a que a votação se procedesse desse modo, ou seja, separadamente. -----



Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* para, a propósito da revisão do Plano Director Municipal (PDM), questionar para quando a conclusão desse processo. -----

Usou da palavra o Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, *José Manuel Oliveira*, que esclareceu que a matéria em causa não tem a ver com a revisão do Plano Director Municipal, realçando, contudo, que a mesma estará contemplada no futuro PDM.-----
Quanto ao processo da revisão do PDM referiu que, de facto, tem-se arrastado, mas que esta semana obtivera algumas notícias que podem ser animadoras para a conclusão do mesmo.-----
Informou que a CCDR-N comprometeu-se a, durante a próxima semana, fazer a análise ao dossier da REN para, posteriormente, o mesmo ser submetido à Comissão Nacional da Reserva Ecológica. Nesse âmbito, disse que foi dada a garantia por uma responsável da CCDR-N de que esse parecer será emitido na próxima semana e que será favorável.-----
Deu também nota que, esta semana, a Câmara recebeu o parecer da Comissão Nacional de Reserva Agrícola, dizendo que aquela entidade aceitou uma série de propostas de desafecção que foram sendo sugeridas pelos munícipes, pelas Juntas de Freguesia, e pela Câmara, mas que também rejeitou algumas. Referiu que a Câmara está a desenhar a carta final para, no decorrer da próxima semana, a enviar, para obter o parecer final por parte daquela entidade. -----

Salientou que o processo da revisão do PDM estava muito dependente do Poder Central mas que, após a obtenção do parecer favorável das duas cartas que mencionou, o avançar do processo ficará mais dependente da Câmara Municipal. -----

Disse julgar que o processo de revisão do PDM está no bem caminho e que está a entrar numa fase em que poderá ser a Câmara a gerir o processo de modo a o submeter à aprovação da Assembleia Municipal, à apreciação pública, e a todas as fases que faltam ainda percorrer.-----
Esclareceu que a Carta de Ordenamento também já foi ultimada e que está a ser programada, para o próximo mês de Outubro, uma reunião com a Comissão de Acompanhamento à Revisão do PDM. -----

Concluiu dizendo julgar que, encontrando-se os dossiers referentes ao processo de revisão do PDM fechados, com a excepção das duas cartas que referiu, em meados do próximo ano poder-se-á ter o novo Plano Director Municipal aprovado.-----



Entretanto, saiu o membro José Carlos Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção, aprovar a prorrogação das medidas preventivas e suspensão parcial do PDM para implementação do PEC, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 20 de Setembro de 2010. -----

Saiu o membro Feliciano Pereira – Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros. -----

A Assembleia Municipal mais deliberou, com 37 votos a favor, 13 votos contra, e 1 abstenção, aprovar a prorrogação das medidas preventivas e suspensão parcial do PDM para implementação do PERM, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 20 de Setembro de 2010. -----

Reentrou o membro José Carlos Martins – Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge. -----

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** submeteu a minuta da acta desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a acta desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 00,20 horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta acta que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,
